



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22-11-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro aberto os trabalhos da 30ª audiência pública semipresencial desta Comissão do ano de 2023; 9ª audiência temática ao PL 578/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que estima a receita e fixa despesa do município de São Paulo para exercício 2024, o Orçamento de 2024.

O tema de hoje é: Secretaria Municipal de Educação, SP Parcerias, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal da Fazenda, Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorio-online e também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência pública foi publicado nos jornais *O Estado de São Paulo* nos dias 03/10/23, 24/10/23 e 14/11/23; e na *Folha de S. Paulo* nos dias 03/10/23, 25/10/23 e 16/11/23; e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 01/11/23.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 06/11/23 e já declaro abertas as inscrições para pronunciamento presencial junto à Secretaria desta Comissão.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado por Samuel Halize de Godoy, Subsecretário de Orçamento; Fernando Padula Novaes, Secretaria Municipal de Educação, representado por Ednilson de Almeida (Dede) e Omar Cassim Neto, Chefe de Gabinete; Guilherme Bueno de Camargo, Diretor e Presidente da SP Parcerias, de forma *on-line*; Carlos Augusto Manoel Vianna (Cacá), Secretário Municipal de Esportes e Lazer; Eduardo Tuma, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado pelo Sr. Adriano Cremonesi, assessor do Gabinete do Tribunal e Gustavo Ripper, Coordenador de Controle Externo; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo já presentes conosco, de forma presencial, o nobre Relator, Vereador Dr. Sidney Cruz; Vereador Celso Gianazzi; e de forma *on-line*, o Vereador Isac Félix,

o Vereador Paulo Frange, a Vereadora Rute Costa; a sociedade em geral.

Assim sendo, na ordem, a Secretaria Municipal de Educação. Há alguém *on-line*? Há alguma exposição? Então podemos inverter a ordem. O Diretor Presidente da SP Parcerias, Dr. Guilherme. O senhor me ouviu? Satisfação revê-lo.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sr. Presidente, a satisfação é toda minha. Eu queria deixar meus cumprimentos a V.Exa., ao nosso Relator, o Vereador Sidney Cruz, a todos os demais Vereadores presentes, tanto os da Comissão de Finanças, como os demais.

Estou alegre de estar aqui para falar com os senhores novamente. E o que me foi pedido, Presidente, foi uma breve apresentação dos nossos projetos de educação. Eu vou pedir a gentileza da Sra. Marina, que está nos ajudando, para ela compartilhar a tela, para a gente começar a nossa apresentação.

Sr. Presidente, eu estou à disposição para qualquer dúvida. Não sei se é melhor eu deixar isso para o final da apresentação, ou para o início, eu tentarei fazer isso o mais rápido possível, mas ficarei obviamente à disposição para qualquer dúvida.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Eu vou apresentar a nossa carteira de projetos com a Secretaria de Educação. E, dentro dos temas, eu quero focar rapidamente numa comparação entre os modelos tradicionais de contratação e as vantagens da PPP, que nós estamos levando a cabo na Cidade de São Paulo, e fazer uma descrição dos nossos projetos: as PPPs de escolas, que é a DRE de São Mateus; e as duas PPPs de CEUs, além de uma breve fala sobre o MROSC, que está funcionando em algum CEUS da cidade.

Basicamente, essas PPPs, tanto as de São Mateus, como as do CEUs, são de gestão de infraestrutura. Então, eu faço aqui, primeiramente, uma observação de que nenhum ponto da parte pedagógica, enfim, da atividade finalística da Secretaria de Educação, é alcançado por

este projeto. Ele que cuida basicamente da infraestrutura predial e de serviços de infraestrutura mesmo e funcionamento das escolas.

Hoje o que nós temos, é uma contratação, ou muitas contratações feitas pela Secretaria da Educação para a gestão das escolas. Então, são contratos de vigilância, de limpeza, manutenção, internet, e assim por diante. Os serviços são realizados por cada uma dessas empresas, que são pagas pela Secretaria. Terminado o contrato, terminado o serviço, a empresa obviamente vai embora, o contrato é extinto; e, se o problema aparecer novamente, mais um projeto, mais uma licitação, e assim por diante.

Então, nós temos muitos contratos, uma energia muito grande da Secretaria para a gestão desses contratos. Nós temos uma estimativa de que a gente poderia ter um potencial de economizar melhor, deixar com que 20% das horas do magistério sejam direcionadas não mais às atividades administrativas, mas sim à atividade que importa, que é a de educar nossas crianças. É disso que trata o projeto, basicamente.

Quais são as vantagens dessa PPP? Mais uma vez, não é uma PPP de infraestrutura, exclusivamente. Primeiro, um único contrato; então, um único concessionário que será responsável por construir, no caso do CEUs, ou fazer a manutenção; a reforma, em primeiro lugar, depois a manutenção das escolas e cuidar de todos os serviços de infraestrutura. No caso da PPP de São Mateus, eu vou detalhar um pouquinho mais adiante.

Ou seja, além de manter o prédio em perfeitas condições, ele ainda é responsável por cuidar dos serviços de limpeza, de vigilância, de TI, de informática, de toda a parte de rede, assim por diante, e manter a qualidade durante todo o contrato. E fazemos isso com base em critérios objetivos, de desempenho, ou seja, temos uma tabela de desempenho, que, obviamente, o gestor do contrato vai acompanhando; e, com base nesse desempenho, é que vamos ter a remuneração do concessionário. Quanto melhor ele fizer o serviço, ele não será descontado dos seus pagamentos. Se houver algum problema na qualidade dos serviços que ele prestou, ele terá um desconto no pagamento. Ou seja, incentivamos, com isso, que o concessionário esteja sempre prestando um serviço de alta qualidade, sem ter problema no

desempenho.

Com isso, como eu havia adiantado, nós teremos 25% da estimativa. E isso foi feito com base em pesquisa de modelos já existentes, não é um chute; é uma constatação empírica de (*Ininteligível*) em que isso já foi implantado. Tem 25% mais de tempo disponível dedicado a atividades pedagógicas, especialmente, da direção da escola.

Com isso, obviamente, esse projeto também não teria sentido se ele custasse mais caro – ele, obrigatoriamente, é mais barato do que a contratação tradicional. E, além disso, ainda temos maior celeridade, maior agilidade, não somente na construção e na reforma, que são dois tipos de contratação muito complicados – ter que fazer obra com a Prefeitura, e uma licitação dessa é bastante trabalhosa, demorada –, mas também celeridade na resolução dos problemas, porque a empresa é obrigada a atender qualquer demanda da escola num prazo bastante curto. Isso está tudo especificado no edital.

Por exemplo, está com entupimento na privada do banheiro; o concessionário tem poucas horas para resolver aquilo. Isso faz com que ele mantenha uma equipe sempre apta a atender a escola no menor tempo possível. E isso faz parte, inclusive, da mensuração do desempenho dele – se não cumprir o prazo estabelecido, será descontado na sua remuneração. Rapidamente, apenas para ilustrar: o primeiro projeto é o da PPP de São Mateus. Essas são 90 escolas que já existem, já implantadas. E nós vamos, primeiro, fazer reformas estruturais, de forma que o concessionário contratado vai ser obrigado a fazer reformas e deixar a escola num padrão mínimo de condição, de conforto e infraestrutura. Todas as escolas passarão por intervenção, umas mais, outras menos, a depender da situação dela. E fizemos um levantamento disso e temos detalhadamente o que cada escola precisa para ficar em boas condições de conforto, aparência, enfim. Além de tudo, teremos quatro MiniCEUS. Esses MiniCEUS constituem um projeto que envolve a construção de módulos típicos de CEU em escolas já existentes. Assim, pegamos algumas escolas que não são atendidas, não estão no raio de influência de nenhum CEU, estão em áreas bastante vulneráveis e que têm algum terreno à disposição, para implantarmos esses Mini-Ceus. Então, nessas quatro escolas, vamos implantar

módulos, que são módulos dos CEUs, tradicionais dos CEUs, para que possamos ampliar o serviço do CEU – mesmo que não tenhamos um CEU, em áreas obviamente que também não são atendidas por CEUs em (*Ininteligível*). E essa ampliação vai ser, como eu disse, em estruturas modulares, como lego, que vão se encaixando. “Aqui cabem três legos”; então, conseguimos colocar três módulos. E isso de acordo com a necessidade de cada região, de cada esse.

Além de tudo, como eu disse, obviamente, feitas essas reformas, essas ampliações, a construção dos Mini-CEUs, nós teremos toda a parte de manutenção desses equipamentos, até o final do contrato, por parâmetro de qualidade e de desempenho bastante alto e superior ao que temos hoje. E todos os serviços funcionando durante o período de funcionamento das escolas, sem interrupção, sem nenhum problema.

O nosso projeto originalmente tinha uma integração com praças. Procurávamos fazer com que a escola estivesse integrada com as praças e as áreas verdes próximas das escolas. E, depois, teríamos não apenas uma ativação daquela praça, com melhor manutenção, conservação, sob responsabilidade do concessionário, como também teríamos uma apropriação desses espaços públicos pelas próprias escolas, fazendo uma integração de equipamentos públicos com o uso pela população. Mas esse ponto do nosso projeto foi questionado no Tribunal de Contas; e nós, atendendo a um apontamento, acabamos tirando.

Então, essa apresentação mostra esse ponto, que é uma coisa que ainda acreditamos que conseguiremos, nos próximos projetos, eventualmente, (*Ininteligível*) o entendimento do Tribunal de Contas. Mas, para esse projeto, até para que possamos tê-lo aprovado, nós o retiramos. Aqui, fala direto do orçamento.

Primeiro, nos investimentos iniciais, somente para reforma estrutural das 90 escolas, são 327 milhões. As praças, como eu disse, já não estão mais no projeto porque o Tribunal de Contas já não contempla as praças. E aí a construção dos quatro Mini-CEUs. Enfim, as quatro escolas, com os módulos possíveis. Aí, teremos um custeio de 137 milhões ao ano – mas tem que tirar as praças, porque elas não estão mais. Então, aproximadamente, 125 milhões ao ano.

Esses são os valores envolvidos nesse projeto.

E, detalhando um pouco mais, temos as intervenções iniciais para requalificar as escolas, enfim, deixá-las numa situação de conforto, de manutenção num padrão, no mínimo, superior ao que temos hoje. E, a partir daí, o concessionário é obrigado a cuidar da vigilância, controle de pragas, limpeza, conservação e reposição de todo o mobiliário, limpeza de forros, telhados, cuidar das áreas verdes e a manutenção predial. Além disso, que é o que chamamos de *facilities*, fornecer água, energia – a conta será paga por ele. E soluções de sustentabilidade, já que incentivamos, no projeto, em que o concessionário utilize energia limpa, enfim, formas mais sustentáveis de consumo de energia. Integração à rede de gás. Garantir acessibilidade. Renovação do AVCB, que é um programa (*Ininteligível*). E a infraestrutura de tecnologia de informação, enfim, toda a parte de rede das escolas provida e mantida pelo concessionário.

Qual o status do projeto no momento? Ele está no Tribunal. Estamos conversando com o Tribunal, fazendo os ajustes necessários e aguardando que ele seja liberado, para que possamos fazer a sessão de recebimento das propostas – publicar esse edital, fazer o recebimento das propostas, a análise delas, e, aí, a assinatura do contrato e o início de obras. Basicamente, é o que nós temos para esse projeto.

Agora, entramos nos dois projetos de CEUs: o Lote 1, que já está em andamento; e o Lote 2. Acho que não precisamos dizer o que são os CEUs, não é? São equipamentos já consagrados na cidade de São Paulo, com mais de 20 anos. Temos 58. E temos a meta de construir mais 12 CEUs. Só que conosco já temos 10 em andamento. Então, o lote 1: são 5 CEUs é uma concessão na modalidade PPP, o critério de julgamento é o menor valor de prestação mensal por parte do Poder Público; o que ganhou foi o que ofereceu o menor preço de conta da prestação e uma garantia que é penhor de recursos da SPTA que é uma empresa vinculada à Secretaria de Educação.

Então, o que ele vai ter que fazer? Ele vai ter que fazer um projeto de arquitetura, todo o licenciamento já foi feito - estou falando em geral, mas o lote 1 já está em andamento, então, ele já fez o licenciamento, fez o projeto e já está em construção. Quatro CEUs já estão

com obras bem aceleradas, um deles tem algumas questões para a liberação da obra, e, a partir daí, feita a obra, ele vai ter que cuidar de todo o mobiliário, instalar todo o mobiliário, fazer a manutenção, assim como as escolas prontas, como a de São Mateus, limpeza, vigilância, help desk e o fornecimento de objetos, na mesma lógica do processo do projeto das PPPs de São Mateus.

Então, no primeiro lote, um investimento de 413 milhões uma contraprestação de 52 milhões, mais uma vez, também, fizemos um cálculo que a gente chama de Value for Money que é um cálculo da vantagem de se fazer uma PPP. Ou seja, esse modelo de contratação, além de trazer todas as outras vantagens operacionais, é mais barato ao longo do tempo do que a contratação tradicional que seria de fazer um projeto, licitar um projeto, depois, fazer a licitação da obra, fazer a obra, depois comprar os equipamentos, depois manter os equipamentos.

Já estão em obras os quatro CEUs: Ermelino Matarazzo, Cidade Líder, Imperador, Cidade de Ademar; o Grajaú estamos concluindo o licenciamento, tem uma pendência em relação ao terreno que teve que ser trocado, enfim, atrasou um pouco, mas já está bem adiantado esse processo. E, assim que sair a licença, ele já vai construir; nos demais, estão extremamente aceleradas as obras; e nós vamos impactar - só com esses cinco CEUs - trinta e um a mil pessoas de áreas, como todos sabem onde ficam os CEUs, são áreas extremamente vulneráveis; são equipamentos muito bonitos, grandes, com muitos recursos não só para alunos, mas para toda a comunidade porque essa é a lógica dos CEUs.

Um segundo lote também prevê a construção de cinco equipamentos, também grandes, os senhores veem as áreas enormes, são equipamentos bastante complexos, grandes.

Também um investimento relevante de 400 milhões. A Prefeitura entra com o aporte de 330 e uma contraprestação de 79 milhões. No caso de obras, os senhores veem dezoito meses, um prazo muito curto para as contratações tradicionais...

E esse projeto também está agora aguardando a aprovação, a liberação pelo Tribunal de Contas do Município. Também temos conversado com o Tribunal sobre alguns ajustes no edital e estamos aguardando que, em breve, se Deus quiser, até o final deste ano, conseguir a

contratação dessas novas cinco unidades. Daí, em dezoito meses, teremos, se licenciarmos, teremos os equipamentos para funcionar.

Eu coloquei só algumas estatísticas: 31 mil habitantes impactados, 8.370 vagas em fundamental, ensino integral; 12.900 vagas para atividades de clube e esporte, como eu disse, os CEUs são utilizados por toda a comunidade da região que tem o CEU como, talvez, o equipamento público mais importante. Então, são dois projetos estratégicos.

E, por fim, um projeto que a gente chama de MROSC, que é o Marco Regulatório Das Organizações Da Sociedade Civil, via Termo de Colaboração que é um dos instrumentos do MROSC, um contrato de cinco anos dividido em quatro blocos para gestão de 12 CEUs; essa gestão também não envolve atividade pedagógica, mas, sim, a gestão e a operação do serviço de manutenção, limpeza, para os serviços dos acessórios e atividades culturais, esportivas, práticas corporais, lazer e recreação.

Além de tudo, temos a aquisição de materiais, mobiliário, equipamentos, plataformas, enfim, é uma série de atividades – não vou detalhar todas, mas, basicamente, é isso que nós estamos fazendo nesses 12 CEUs.

Basicamente, é isso, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, todos os participantes.

Fico à disposição para tirar qualquer dúvida, assim como a Educação que está extremamente envolvida com esse projeto também pode dar qualquer outra informação.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, doutor Guilherme.

Seguindo, agora, a Secretaria de Esportes, Secretário Carlos Augusto Manoel Viana.

As inscrições continuam abertas.

Tem uma exposição, não é, Secretário?

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANA - Tem uma exposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ao final da exposição e fala do Secretário de Esportes, encerraremos as inscrições, *okay*? Então, vamos lá, tem a palavra o Secretário.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANA - Bom dia, Presidente Jair Tatto;

Vereador Celso Gianazzi; Relator do orçamento Sidney Cruz; todos os parlamentares presentes; toda a população na Casa, mas, também, on-line, ao Samuel, representando a Secretaria da Fazenda, Vicente e Samuel são pessoas sempre dispostas a ajudar o esporte da cidade de São Paulo; a todos os presentes de forma on-line.

Vou fazer uma explanação com relação ao que tange a questão do orçamento da Peça Orçamentária 2024 da Secretaria de Esportes, depois, abriremos para as perguntas, respondendo os questionamentos, as dúvidas, para acabar complementando as informações, então, relatadas por mim.

- Apresentação de slides.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANA - Segue a primeira da Secretaria de Esportes de 2024.

O orçamento previsto para 2024 da Secretaria de Esportes da cidade de São Paulo é de 355 milhões 798 mil 242 reais.

É um orçamento que cresceu significativamente depois de 2021.

Administração de unidade: tem todas as informações pertinentes `as dotações pertinentes, administração de unidade, manutenção de programas e estágios, aquisição de materiais, implantação de equipamentos esportivos, ampliação, reformas e qualificações de CDCs, também, dos Centros Olímpicos, ações de reforma e qualificação de equipamentos, manutenção de equipamentos e operações esportivas, são os centros esportivos que a gente está revitalizando, com um orçamento 121 milhões. É um incentivo à prática de esportes; os programas que a gente vem realizando na Secretaria de Esportes também que vem atingindo a população de forma muito abrangente, com um investimento de 54 milhões de reais; a Virada Esportiva, 8 milhões de reais. Então, todo esse balanço totalizando 355 milhões de reais. A gente vem administrando esse orçamento para poder aumentar a qualidade de vida na cidade de São Paulo e também dando manutenção nos nossos Centros Esportivos, porque a gente entende

que carecem dessas reformas para poder melhor atender a sua população.

Vou finalizar para, depois, passar para algo bem objetivo, que são as perguntas, são as ações pertinentes das dúvidas da população. Finalizando, Vereador Jair, para poder ser bem objetivo e dar encaminhamento para os próximos Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nosso querido Secretário Cacá.

Do Tribunal de Contas do Município, hoje, o Gustavo Ripper. Tem a palavra, Dr. Gustavo. O Pirata já pensou em *rapper*. É Ripper, viu?

O SR. GUSTAVO RIPPER – Bom dia. Bom dia a todos. Cumprimento o Presidente, os Vereadores, colegas da Secretaria da Fazenda e todos os munícipes que nos acompanham presencial e virtualmente.

Eu trabalho na área técnica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sou auditor de controle externo e coordenador da Coordenadoria 1, do TCM.

A nossa participação aqui, hoje, é para apresentar a auditoria do projeto da LOA, de 2024. E a gente quer dizer que a auditoria foi finalizada. O objetivo dessa auditoria é tratar de aspectos gerais sobre o projeto e eu geralmente falo que são três objetivos.

O primeiro objetivo é verificar se o projeto da LOA está compatível com a legislação aplicável, isto é, Constituição Federal, Lei 4.320, LRF e todos os normativos da STN.

O segundo objetivo é verificar a compatibilidade da LOA com os outros instrumentos de planejamento do município: PPA, Programa de Metas, LDO, e se as receitas e as despesas foram razoavelmente projetadas para 2024, considerando tanto o cenário atual, o cenário de 2024 e o comportamento histórico dessas receitas e despesas. Esse relatório de auditoria foi encaminhado para a Comissão de Finanças, antecipadamente, por *e-mail*, e essa dinâmica é um modelo que a gente defende, é importante, é fundamental para tornar a atuação do TCM mais efetiva possível no processo de elaboração das leis orçamentárias, atuando de forma concomitante.

Esse é o nosso grande objetivo, ainda nas discussões do projeto, junto à Secretaria da Fazenda, e também para que o relatório de auditoria possa subsidiar tempestivamente os

trabalhos desta Comissão. E, por isso, o teor do trabalho é todo em torno de sugestões de melhoria, de recomendações para melhoria do texto do projeto, e, conseqüentemente, também para o planejamento orçamentário de 2024.

Um ponto que eu gostaria de destacar é a boa comunicação que a gente sempre tem com a Secretaria da Fazenda, a celeridade e a atenção da Secretaria da Fazenda, de sempre, que permite, ou que permitiu que esse trabalho tivesse um nível de profundidade bem grande.

A equipe de auditoria manteve o contato, a comunicação frequente com os auditados durante todas as etapas do trabalho. E o relatório teve 12 achados relevantes. E, além disso, a gente sugeriu diversos ajustes formais para a Secretaria da Fazenda.

A gente fez uma reunião de encerramento com a Secretaria da Fazenda. Ela não se opôs à maioria dos achados e relatou que encaminharia para a Câmara, ainda em fase de discussão, diversas alterações no projeto da LOA para serem incorporadas ao projeto final, em razão da atuação do TCM.

Para não tomar muito tempo da audiência, lembro que o relatório, com todos os critérios, todos os dados, todo o detalhamento, foi encaminhado para a Comissão de Finanças e para a Secretaria.

A gente vai destacar três achados que consideramos mais relevantes. O primeiro apontamento do TCM é o uso excessivo de dotações simbólicas, também chamadas de janela orçamentária, pela doutrina. As dotações simbólicas seriam aquelas dotações orçamentárias em que os valores são significativamente menores, inferiores aos custos da implantação daquela ação governamental ou daquela política pública. E é motivo pelo qual vão necessitar de futuras suplementações. Esse uso excessivo de dotações simbólicas é uma infringência ao princípio da universalidade, que está lá na Lei Federal 4.320/64.

A gente constatou, na análise do projeto, que das 4.300 dotações que compõem a despesa, o orçamento de 110 bilhões de reais para o exercício de 2024, 1.120 estão com valor fixado de mil reais, mil redondo, valor que está bem abaixo, insuficiente para a cobertura de todos os custos envolvidos nessa concretização, na realização das respectivas ações orçamentárias.

Isso significa que mais de 25% das dotações, que compõem o orçamento, foram fixados com valor simbólico.

Qual é a consequência disso? É que diversas ações orçamentárias serão suplementadas ou simplesmente não serão executadas por terem sido fixadas com valores muito baixos, valores de mil reais, prejudicando ainda a transparência, o planejamento e o controle orçamentário para 2024.

O segundo achado que a gente gostaria de destacar e considera importante, aqui para esta audiência, é que o PLOA 24 não observa o princípio da exclusividade que está presente lá na Constituição Federal, porque ele contém dispositivos estranhos à previsão de receita e à fixação de despesa, especificamente os artigos de 17 a 19 do PLOA. Os artigos 17 e 18 tratam sobre alterações de metas fiscais, de resultados primários e nominal, e a gente entende que esses artigos não observam o princípio da exclusividade, que está lá na Constituição Federal. Apesar da necessidade justificada pela Secretaria da Fazenda de alterações das metas fiscais, e embora a gente não tenha verificado nenhuma incompatibilidade com o cumprimento das metas, essa meta está sendo alterada no presente projeto de lei, no PLOA, o que a gente considera como um instrumento inadequado para tratar de outras matérias que não sejam a previsão de receita e fixação de despesa.

E o terceiro e último achado, que a gente quer demonstrar aqui, é sobre o orçamento, a inadequação do orçamento dos investimentos das empresas não dependentes e a ausência de detalhamento para esses investimentos, conforme requerido pela LDO, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, a gente observou que a Prefeitura está incluindo, no orçamento de investimento das empresas não dependentes, todas as despesas, as despesas correntes e outras despesas de capitais, que não investimentos, o que a gente considera como inadequado. Além disso, em algumas empresas, como Prodam, SP Parcerias e SP Obras, está constando apenas uma linha genérica de investimento e o valor previsto para isso, enquanto na CET sequer foram previstos valores de investimentos. Além disso, faltou a descrição da programação de

todos esses investimentos dessas empresas não dependentes, bem como demonstrativos de investimentos por empresa, especificado por projeto, de acordo com as fontes de financiamento.

Todos esses requisitos de detalhamento dos investimentos estão aprovados na própria LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 24, no artigo 23. Ou seja, em síntese, a Prefeitura está colocando todos os dispêndios dela, tanto corrente quanto de capital, no orçamento de investimento, enquanto a gente entende que deveria apenas colocar os investimentos de fato.

Então, a nossa proposta de encaminhamento para a Secretaria da Fazenda é no sentido de que o orçamento dos investimentos das empresas não dependentes seja ajustado, de forma que haja apenas os valores de investimento, para deixar isso bem claro, bem transparente, e também que haja todo o detalhamento desses investimentos.

São esses comentários iniciais do Tribunal de Contas. A gente permanece à disposição. E lembro que o nosso relatório está divulgado no *site* do TCM, foi encaminhado para a Comissão de Finanças, no qual tem todo o detalhamento.

Permaneço à disposição e uma ótima audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Gustavo. Primeiro, quero sempre fazer justiça aqui e agradecer ao Dr. Adriano Cremonesi, que está conosco em todas as audiências, tanto nas temáticas quanto nas regionais. Registrar, Dr. Gustavo que, de fato, já recebemos o DOCREC nº 732 do Tribunal de Contas com todos os apontamentos, inclusive, já publicizamos no site, no WhatsApp. Então eu passo para o Dr. Samuel Ralize de Godoy, Subsecretário de Orçamento da Fazenda.

O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY - Olá, bom dia a todas e todos que estão presencialmente ou pela internet. Cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Relator, os representantes das Secretarias de Esporte, de Educação e de Participação e Parcerias, representantes do TCM, demais Vereadores e a população, é claro, que é para quem a gente faz tudo isso. A princípio, eu teria alguns slides para apresentar, mas seriam os números gerais da proposta, eu não sei se convém porque são coisas que já apresentamos algumas vezes. Talvez eu possa mostrar

para recapitular sobre qual universo estamos falando. (Pausa) Bom, o projeto de lei, como já mencionamos, tem uma estrutura relativamente complexa, quem já olhou o projeto viu que ele tem milhares de páginas. O Leonardo auditor e o Rapper Pirata estão balançando a cabeça porque é verdade, é um projeto difícil de ler, então tentamos alguns artifícios para facilitar o trabalho de quem vai ler o projeto para entender e poder criticar e sugerir mudanças e é para isso que estamos aqui. Então, além do texto principal, que é onde tem os artigos, artigo primeiro, artigo segundo, que fala qual é a receita, qual é a despesa e outras regras gerais de funcionamento do Orçamento, temos a mensagem do Prefeito, e na mensagem do Prefeito temos um resumo, uma síntese das principais despesas, dos destaques setoriais, do que entendemos ser importante do ponto de vista de como calculamos a receita, como avaliamos o cenário econômico, quais são os gastos com os principais investimentos em educação, saúde, assistência e assim por diante. Há também alguns comentários sobre como funcionou a participação social na elaboração do projeto, além de outras coisas que lá estão. Nós temos seis cadernos no PL 578/2023. No primeiro caderno tem alguns demonstrativos gerais, e entre os ajustes que foram indicados pelo Gustavo, figura a inclusão de mais algumas informações nos demonstrativos gerais. Nós já enviamos essas informações para a Câmara, e elas vão ser incluídas no projeto, são alguns demonstrativos e algumas correções que estavam pendentes, não só no caderno um, como também no três. Por exemplo, numeração de página, o sumário estava errado, havia colunas ausentes em um demonstrativo específico, houve a correção de uma linha que estava somada errada noutro demonstrativo. Enfim, sei lá, são dez mil páginas, em alguns itens nós cometemos alguns equívocos formais e agora corrigimos esses equívocos. No caderno dois temos há a previsão de receitas do Município para o ano que vem, e para os dois seguintes agora. Então têm todas as rubricas de receita, tudo que prevemos arrecadar com ISS, IPTU, multa, juros, toda forma de tributação, impostos, taxas, contribuições, está tudo lá, além de transferências do Estado, da União, etcétera. No caderno três, fixação de despesas, é o maior caderno, é onde estão as despesas de todos os órgãos, de todas as entidades e são vários tipos de classificação. Atualizamos a numeração das páginas, corrigimos

alguns detalhes que estavam incoerentes ou incorretos, incluímos novos demonstrativos que, por um lapso, estavam ausentes, mas agora estão lá. Não sei se já foi divulgado pela Câmara, mas já foi enviado. No caderno quatro, apresentamos as considerações sobre a dívida pública do Município, não houve alteração nesse caderno. No caderno cinco, investimento das empresas, temos todas as informações coletadas junto a cada empresa não dependente, juntamos ali, e como disse o Gustavo, existem melhorias a serem feitas, nós estamos estudando e discutindo essas melhorias para operacionalizarmos essas melhorias nos próximos projetos. Por enquanto, todas as informações que coletamos estão no caderno cinco. No caderno 6, temos análise de viabilidade das 192 propostas eleitas no Orçamento-Cidadão, que é o nosso processo de participação social no PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual. Essas análises são a versão inicial das análises antes das audiências devolutivas, que são as realizadas pela Secretaria da Fazenda. Durante as audiências devolutivas, nós tivemos algumas surpresas no sentido de que algumas propostas consideradas inviáveis se tornaram viáveis, e algum compromisso público por parte das secretarias saiu das audiências devolutivas, o que é muito bom, na nossa interpretação, porque as audiências servem justamente para devolvermos, prestarmos contas para a população, ouvirmos a população, reconsiderarmos, se for o caso de alguma situação específica, e a versão definitiva vai ser publicada após a conclusão dessa nova rodada de análises, dessas propostas específicas por parte das secretarias. Elas vão dizer qual é o compromisso que foi tornado viável, qual é o gasto envolvido, de onde ela vai tirar os recursos, e nós vamos publicar e monitorar junto com as outras propostas do site, no portal Participe Mais, durante o ano que vem inteiro, como estamos fazendo neste ano todo. Quanto à receita, nós já falamos em outras audiências, temos 110 bilhões de reais de receitas, só que 10 bilhões são receitas intraorçamentárias, são aquelas que circulam entre o próprio Orçamento e viram despesas intraorçamentárias. Ou seja, a Secretaria de Habitação contratando a Companhia de Habitação; a Secretaria de Cultura contratando a Spcine; a Secretaria de Gestão ou da Fazenda contratando o serviço de alguma empresa dependente. Isso se refere às empresas dependentes, às autarquias, às fundações, tudo que circula dentro do orçamento fiscal é contado como receita

intraorçamentária. As empresas não dependentes, por exemplo, a CET, a SPTrans, a Prodam, como não estão incluídas no orçamento, não contam como receita intraorçamentária. Então sai do orçamento fiscal para podermos fazer o contrato com aquela empresa que atua no mercado. Bom, nas receitas de impostos, receitas de origem tributária, temos crescimento previsto para as receitas de ISS - Imposto Sobre Serviços, de IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Territorial; de ITBI, que é o imposto cobrado quando vendemos e compramos um imóvel, o mercado imobiliário vai funcionando e vamos coletando, arrecadando receitas a partir dessas negociações. Também temos o ICMS e o IPVA, que são os impostos estaduais que têm uma parte transferida para o município de São Paulo, e no caso do ICMS, estamos prevendo uma queda de 4% em relação ao que foi orçado para 2023. Isso já foi comentado em outras audiências e está no projeto. A queda de transferência do ICMS tem a ver com queda na arrecadação por conta de redução nas alíquotas, que tem a ver com o fim da compensação de perdas de ICMS por parte do Estado, algo que já parou durante o ano 2023, também tem a ver com o comportamento da Economia. Nas receitas não recorrentes, temos principalmente as operações de crédito, são mais de 7 bilhões de reais previstos para contratar empréstimos e podermos fazer investimentos de maneira rápida e pagar os empréstimos de maneira lenta, essa é uma forma do Município investir mais e mais rápido em um período mais curto, parcelando o valor, se necessário. E temos outras receitas não recorrentes, destacamos os Cepacs, que têm a ver com o mercado imobiliário; as desestatizações, são 154 milhões de reais com as desestatizações previstas para o ano que vem; e 700 milhões de reais com a cessão da folha de pagamentos, que é a contratação de um banco para processar a folha de pagamentos da Prefeitura, basicamente; o banco paga por essa cessão e a gente está prevendo 700 milhões.

Temos 27 bilhões de reais em renúncias e benefícios fiscais, ou seja, impostos que nós estamos deixando de arrecadar, deixando de cobrar, no ano que vem, por conta da legislação que concede a determinado contribuinte, determinado setor da economia, um benefício, um incentivo fiscal, um benefício fiscal para explorar a economia, o setor econômico ou qualquer tipo de atividade em determinado local.

Rescapitulando, agora olhando para a despesa: 110 bilhões de reais, dos quais 93 são despesas correntes, despesas do dia a dia, entre aspas, e 16 bilhões de despesas de capital, que são aquelas despesas em que a gente pretende aumentar o capital do Município, aumentar o patrimônio.

E os números, de novo, não estão me ajudando, porque eles estão pequenininhos naquela tela. (Pausa) Não, tudo bem, tudo bem, eu só viro de lado aqui e está tudo certo.

Nós temos 14 bilhões de reais de investimento, 14,9 - é um número nominal muito alto para a série histórica recente do orçamento de São Paulo. Nós temos 38,8 bilhões de reais entre pessoal e encargos: são salários, aposentadorias, pensões, benefícios para os servidores e para os aposentados e pensionistas do Município. Nós temos um valor menor de amortização da dívida, de juros e encargos da dívida para o ano que vem, porque, como a gente ainda não tem dívida, esses valores são pequenos. E esses valores são menores do que nos anos anteriores, porque a gente teve aquela renegociação que baixou a dívida do Município, então a gente paga menos juros no ano que vem e menos amortização da dívida no ano que vem.

Entre outras despesas correntes, a gente tem 53 bilhões de reais. As outras despesas correntes são todo o resto: todo contrato de serviço, de manutenção, subsídio à tarifa do ônibus, limpeza urbana, manutenção de equipamentos de saúde, manutenção da educação; tudo isso está em outras despesas correntes, são realmente as despesas do dia a dia, são os boletos que a Prefeitura tem que pagar por manter os seus serviços em andamento.

Agora eu vou passar: despesas por grupo. A gente tem no Brasil uma série de formas de classificar a despesa pública, tem a funcional, tem a institucional, tem a programática e tem a classificação por grupos de natureza de despesa. Olhando para os grupos de natureza, a gente tem despesas com pessoal, que cresce 9% em relação à LOA de 2023. Entre os ativos a gente cresce 10%; entre os inativos, cresce 7%. Em outras despesas correntes, que eu mencionei agora há pouco, a gente cresce 10%. Em relação a investimentos a gente cresce 35% em relação à LOA de 2023, nessa programação. Inversões financeiras, que são um outro tipo de despesa de capital, a gente cresce 6%. Serviço da dívida, estamos prevendo aumentar 54% em relação

ao valor que já é muito baixinho em 2023. Então aumenta bastante proporcionalmente, mas ainda é pequeno. Como eu disse, ainda não temos essa dívida toda contratada para 2024. E 13% de aumento em sentenças judiciais: são basicamente aqueles precatórios que a Prefeitura é obrigada a pagar e tem prazo para pagar.

Nas despesas intraorçamentárias, a gente está tendo um aumento de 25%. Ou seja, circula mais dinheiro ali, circulam mais recursos entre as entidades e os órgãos da Prefeitura. Muito disso é explicado pelos investimentos com habitação. Quando a gente contrata a Cohab para fazer investimento em habitação, a gente está transferindo o recurso do orçamento fiscal para o orçamento fiscal da Cohab, por isso a gente aumenta também investimento intraorçamentário e despesa corrente também intraorçamentária. Considerando só as despesas não intraorçamentárias, a gente tem 14,5% de crescimento da LOA de 2023 para a PLOA de 2024. Jogando para dentro da conta as intraorçamentárias, a gente tem 15,5% de aumento no valor global, de quase 100 bilhões para 110 bilhões de reais no ano que vem.

A gente destaca que todas as ações relacionadas com prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas reunidas, distribuídas no PLOA, quando a gente reúne, isso dá 16,6 bilhões de reais em ações que estão relacionadas a esses objetivos. Tem a ver com sustentabilidade, com mobilidade urbana, com gestão de riscos e promoção da resiliência, com a promoção da Cidade como destino global turístico, com crescimento econômico e criação de trabalho e oportunidades e com requalificação de espaços públicos. Todas essas ações que estão relacionadas com a pauta climática, com os objetivos de desenvolvimento sustentável, especificamente do ponto de vista climático - porque os ODS são muito mais do que mudança climática -, a gente tem 16,6 bilhões de reais em ações relacionadas com isso. Não são ações diretamente voltadas a isso, mas são ações que impactam esse objetivo.

Do ponto de vista de políticas públicas, a gente tem os nossos destaques setoriais. Educação tem uma vinculação constitucional: 25% da receita corrente líquida, basicamente receita de impostos, basicamente, grosseiramente, tem que ir para educação; 25,9 bilhões de reais estão indo para a educação no PLOA; 15%, pelo menos, tem que ir para a saúde: 19 bilhões

estão indo para a saúde no PLOA. Além dos outros setores que também têm destaque aqui: 11 bilhões em transporte; oito bilhões em urbanismo; sete bilhões em habitação e saneamento. Se a gente considera só habitação, são 5,3; 2,3 bilhões em assistência social; 1,2 bilhão em segurança pública e um bilhão em cultura.

Vejam que eu estou falando de função orçamentária. Função é uma forma de classificar o gasto. Não tem um bilhão de reais na Secretaria de Cultura. Tem um bilhão considerando todos os gastos da Prefeitura na função cultura. Ou seja, todos os órgãos que estão gastando e classificando lá, este gasto aqui é para promover cultura, um bilhão.

E na participação social, como eu mencionei, a gente teve 192 propostas eleitas pela população no Orçamento Cidadão, que derivam de 480 propostas que foram priorizadas pelo Conselho Participativo, sendo 15 em cada uma das 32 subprefeituras, que vieram de 3.313 propostas recebidas entre abril e maio no portal Participe Mais e nas audiências públicas do Orçamento Cidadão. No PLOA, no caderno 6, vocês vão ver que tem 95 propostas classificadas como viáveis, depois da análise de viabilidade, que correspondem a 102 compromissos públicos. O que eu disse antes é: a gente espera, em 2024, monitorar mais propostas, porque mais do que 95, ao final das contas, foram consideradas viáveis.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acho que está bom, Samuel.

O SR. SAMUEL RALIZE DE GODOY - Passando mais um slide. Obrigado.

Regionalização: a gente tem a classificação dos gastos do Município por região e por subprefeitura. Nosso horizonte, lá no futuro, é classificar por latitude, longitude, CEP, endereço, número. Por enquanto, a gente está mirando ali nas 32 subprefeituras. A gente espera poder classificar todos os gastos para saber quanto estamos gastando em cada uma das 32.

O próximo passo é classificar nos distritos, que são 96. Então o segundo passo para o futuro próximo é classificar as despesas entre os 96 distritos. Primeiro, precisamos saber onde gastamos. Segundo, precisamos gastar mais onde precisa ser gasto para reduzir desigualdades entre diferentes regiões. Regiões que têm mais infraestrutura, regiões que têm menos.

Olhando para as cinco regiões da Cidade e para as despesas que não são

regionalizáveis, a gente tem aí a seguinte distribuição. Mais ou menos 60 bilhões de reais não são regionalizáveis. O que é uma despesa não regionalizável? Despesa com pagamento da dívida, do precatório, das aposentadorias, despesas - ainda, por enquanto - com pagamento de pessoal. E a gente tem as despesas regionalizáveis. A gente tem ali, então, nas regiões: no Centro, 4,5 bilhões, mais ou menos R\$ 16,8 bilhões na região Leste, R\$ 9,7 bilhões na região Norte, R\$ 5,1 bilhões na região Oeste, R\$ 14,1 bilhões na região Sul, olhando isso por região.

Dentro das regiões, como eu disse, a gente tenta classificar tudo dentro das subprefeituras, mas uma parte dessas despesas ainda não é classificada dentro da sub, mas só na região, porque os órgãos ainda têm alguma dificuldade em classificar despesas de contratos que são muito abrangentes, muito grandes.

Por exemplo, a contratação da limpeza urbana envolve dois contratos: um contrato para Noroeste e outro para Sudeste. Para estimar quanto desse contrato é direcionado a cada subprefeitura, isso tem de resultar de uma conta meio complexa, que envolve número de caminhões, número de viagens, número de trabalhadores da limpeza urbana, combustível, insumos, etc. Está em andamento uma série de ações na Prefeitura para a gente poder granularizar melhor o gasto no território.

Olhando especificamente para a habitação, a pedido da Comissão de Finanças e Orçamento, na função habitação a gente tem R\$ 5,3 bilhões para o ano que vem.

Olhando ainda só para essas ações orçamentárias que estão na tela, o Programa Pode Entrar tem R\$ 3,9 bilhões previstos; construção de unidades, fora da ação do Programa Pode Entrar, tem R\$ 453 milhões; execução do Programa de Mananciais tem R\$ 287 milhões; regularização fundiária, R\$ 110 milhões, urbanização de favelas, R\$ 166 milhões; PPP da habitação, R\$ 65 milhões. Totalizando R\$ 5 bilhões só nessas ações de habitação.

Creio que o que eu tinha para dizer é isso.

Quero reforçar os meus agradecimentos pela oportunidade de estar aqui, também ao trabalho que nós tivemos em interface, com a colaboração contínua do TCM.

É isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Samuel. A Fazenda tem feito um trabalho muito positivo. Nós fazemos as audiências regionais até por uma proposição do nobre Relator. Por exemplo, a última que nós vamos fazer é a Leste, que a gente chama de Leste 2. A nosso pedido, a Secretaria tem estado em todas audiências, colocando de forma regionalizada tudo que é gasto, não só com a habitação, especialmente a habitação que nós solicitamos, mas é colocado qual o custo das subprefeituras do entorno.

Muito obrigado por estarem sempre presente conosco.

Estamos recebendo o nosso querido Secretário, Dr. Fernando Padula, a quem convido para vir à mesa. Já colocando o senhor para trabalhar.

Registro também a presença do Vereador Dr. Nunes Peixeiro, de forma *on-line*.

Secretário, nós já ouvimos a Fazenda, a Secretaria de Esporte, o Tribunal de Contas do Município, a SP Parcerias, com o Dr. Guilherme. E digamos que todos concordam, sem demérito dos demais, mas o tema mais importante e principal da audiência de hoje é, sem dúvida nenhuma, a educação. Não é, Cacá, então...

Estamos aqui com o nobre Relator, que é o Vereador Dr. Sidney Cruz, de forma presencial, também o Vereador Celso Giannazi.

O senhor conhece o Vereador Celso Giannazi? Algum dia ele esteve lá na Secretaria de Educação? Em se tratando do tema educação...

O SR. CELSO GIANNAZI – A gente costuma bater muito na porta ali, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, então, muito obrigado pela presença. Eu acho que o senhor tem uma exposição a ser feita. Então eu passo imediatamente a palavra ao senhor para a sua exposição. Tem a palavra.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah não, as inscrições eu já encerrei ao final da fala do Secretário, do nosso querido Cacá.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES - Bom dia, Presidente. Bom dia, Vereador

Relator Sidney Cruz, Cacá, Gustavo, Sandro, Vereador Giannazi e Samuel. Eu que mudo aqui?

Como é que... Ah, tá bom.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES - Bom, Presidente, sem mais delongas. Desculpe, eu estava lá no Juventus, nos jogos de tabuleira da rede municipal, depois vim para cá. Mas primeiro trago uma prestação de contas do ano que ainda está em andamento.

Temos aí mais de um milhão de estudantes, quatro mil unidades educacionais, 83 mil profissionais e 52 que atuam nas unidades parceiras.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES - O Cuidando na Escola é um programa criado pelo Prefeito Ricardo Nunes, realizado com profissionais pedreiro, carpinteiro, eletricista, encanador, que atuam em 54 equipes. São mais de 600 profissionais para apoiar as escolas que utilizam do PTRF, o Programa de Transferência de Recursos Financeiros, que, aliás, é fruto de uma lei desta Casa.

Recentemente, nós tivemos a inauguração de diversas unidades educacionais. Eu não vou me ater a cada uma delas, mas temos aí a lista de todas que já foram inauguradas, buscando a meta de 45, que nós atingiremos até dezembro do ano que vem.

O PTRF, como eu falei, teve um aumento muito significativo comparado a 2020. O compromisso do Prefeito Ricardo Nunes é, até o final do ano que vem, atingir 100% em relação a 2020.

Vale lembrar que o PTRF é o Programa de Transferência de Recursos Financeiros que garante a autonomia da unidade escolar para, de acordo com as características territoriais, fazer aquisições de materiais pedagógicos, pequenas manutenções, consertos, equipamentos necessários para o seu uso.

O próximo é a mudança que nós fizemos no Programa de Material e Uniforme

Escolar, que passou a ser um aplicativo. Com isso, as mães têm autonomia para fazer a aquisição. Além da questão de tamanho, porque as crianças crescem muito nesse período, você também tem o problema de logística.

Quer dizer, a criança estava cadastrada em um lugar, teve um problema de aluguel, o pai muda, a criança muda também, mas o registro da criança estava na licitação com o endereço anterior. Com o modelo do app, a família vai lá, compra o material e o uniforme, fomenta o comércio local.

Outro dia, eu fui em algumas papelarias, soube que elas estão fazendo contratação de profissionais paulistanos. Além de gerar empregos e impostos para a cidade, também garantem essa autonomia.

A pessoa fala que o casaco ainda está bom, mas que quer duas camisetas, então pode fazer a aquisição das duas camisetas. Outro dia, eu estive até com o pessoal da CUFA, a Central Única das Favelas, fui informado que eles abriram lojas para vender materiais e uniformes, fomentando também o comércio local.

O próximo mostra justamente a distribuição das lojas pela cidade. Nós temos mais de 522 lojas de material e 481 de uniformes.

Lembro também sobre a fila zerada. Pelo terceiro ano consecutivo, nós estamos atendendo a todas as crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Na cidade de São Paulo, nós já chegamos a ter 120 mil crianças na fila de creche, mas há 3 anos a gente vem atendendo a todas as crianças na cidade de São Paulo.

O transporte escolar gratuito também mudou, neste ano, para 1,5km, eram 2km, e agora passou para 1,5km.

Por uma determinação do Prefeito Ricardo Nunes, após o período de pandemia, houve também uma preocupação em relação a tudo que foi noticiado e sobre as pesquisas a respeito da vulnerabilidade e da pobreza com relação à segurança alimentar e nutricional.

Portanto, no período de férias em que não existe alimentação escolar, são distribuídas as cestas básicas, adquiridas pela Secretaria da Educação, justamente para garantir

a segurança alimentar dos nossos estudantes no período de férias, quer seja de janeiro quer seja de julho. São distribuídas mais de 400 mil cestas básicas em cada um desses períodos. Há também o programa Recreio nas Férias, que acontece nos CEUs e em alguns outros polos que agora passam a fornecer também alimentação escolar.

Outra ação bastante contundente foram os concursos públicos. São diversos concursos públicos. Nós estamos, agora, finalizando o concurso de professor de Fundamental I e Educação Infantil e de Fundamental II. Está em aberto concurso de professor de Educação Infantil e de ATE. Temos ali os números que, neste ano, já totalizaram mais de 1.158 nomeações e, no ano passado, 2.648, lembrando que nós temos mais de 80 mil profissionais na rede.

O próximo mostra, também, um esforço grande na questão de estagiários. Nós conseguimos chegar a 8.533 estagiários. Só lembrando: os estagiários atuam em dois programas na rede, já há mais de 10 anos. Há o programa que atua na alfabetização. Então, são os estagiários de pedagogia que atuam com os professores regentes das salas de alfabetização e os professores que atuam na sala de educação que tem alunos com necessidades especiais, alunos com deficiência. Nesses casos, você tem, também, um estagiário.

Nós tivemos um problema nesta locação. Existia uma situação com o CIEE, resolvida, e, também, uma questão da bolsa. Deixo aqui o agradecimento, também, a esta Casa, pois foi possível aprovar o projeto de lei que o Prefeito Ricardo Nunes encaminhou, passando para seis horas o estágio e aumentando o valor da bolsa do estágio. Hoje, é de R\$ 2.200,00.

Lembro que o piso em vigor está em R\$ 5.339,00 e nas unidades parceiras segue-se o piso nacional de R\$ 4.420,00.

Outra ação foram os AVEs, os Auxiliares de Vida Escolar. Estava falando anteriormente dos estagiários. Uma das atuações dos estagiários é com alunos com deficiência e também há os AVEs. O AVE é o Auxiliar de Vida Escolar, que atua em higiene, locomoção e alimentação para os estudantes com deficiência que não tenham autonomia, e nós passamos, então, de 1.200 para 1.950 AVEs na rede municipal.

Aqui, estamos trazendo a educação antirracista, que tem sido um compromisso da

Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Relações Internacionais. Há o Farol de Combate ao Racismo Estrutural, com três ações principais: o currículo de educação antirracista, com o guia de orientações pedagógicas, o manual; também as bonecas pretas para a Educação Infantil, para não termos apenas a materialidade de bonecos loiros de olhos azuis nas nossas unidades de Educação Infantil; e também a aquisição de títulos da cultura africana e afro-brasileira e de autores pretos e pardos.

Há a Educação de Jovens e Adultos, com uma parceria com o Metrô e a SPTrans, com os cartazes nos locais de grande circulação e também nos relógios da cidade. Estamos, hoje, com 25 mil estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos.

Há o programa Portas Abertas, que é o próximo, em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos. É para o português para imigrantes, que tem aumentado muito na nossa rede.

Na apresentação seguinte, os senhores vão poder ver que, além do português para imigrantes, nós temos o atendimento aos imigrantes na própria rede e hoje nós temos mais de 10 mil estudantes de mais de cem nacionalidades diferentes na Rede Municipal de Ensino.

Continuando na questão pedagógica, há o foco em formação, acompanhamento e articulação no programa Aprender e Ensinar, com materiais pedagógicos, o *kit* de experiências pedagógicas distribuído para as disciplinas de matemática, artes, ciências e alfabetização, que estão nas nossas unidades. Há a formação da cidade e, com isso, eu já falei de dois.

Há o programa Mães Guardiãs. Só lembrando: quando nós retomamos a atividade presencial, nós fizemos uma parceria com a SMDT, a Secretaria do Trabalho, para que as mães nos apoiassem nos protocolos de saúde: higienização, distanciamento, medir temperatura. Deu certo a presença das mães nas unidades. Então, hoje, o programa foi ressignificado e agora elas atuam como agentes de busca ativa, passando nas salas de aula, verificando com o professor regente quem não esteve. Aí, verificam, no grupo de WhatsApp, se mandaram alguma informação. Caso não tenham mandado, manda-se uma mensagem. Se não receberem, liga-se ou vai-se até a unidade, até a residência, até a casa das pessoas.

Outra ação foi do NAAPA. O NAAPA é o Núcleo de Apoio à Aprendizagem, com psicólogos e psicopedagogos. Mais uma vez, agradeço. Felizmente, foi aprovado nesta Casa o adicional de locomoção. Então, o grupo são profissionais da rede com dupla formação, em psicologia e em psicopedagogia. Agora, recentemente, esse é um tema central e a Câmara Municipal aprovou o projeto do Prefeito, que institui o adicional de transporte, o adicional de locomoção. Com isso, tanto o NAAPA quanto o CEFAL conseguem fazer a itinerância nas unidades escolares.

O Centro de Estudos de Língua, que é esse, também foi um projeto da Câmara Municipal. Hoje, já está em 48 polos, localizados nos CEUs. São os cursos de inglês, francês, alemão, espanhol e italiano, na rede municipal, complementando a formação em línguas.

Há o São Paulo Integral, que atingiu, em 2023, 211 unidades educacionais, com 37 mil estudantes atendidos.

Ao próximo eu já fiz referência. São os *kits* de ciência, artes, matemática e alfabetização.

Estamos reformando, então, 1.539 unidades, sendo 28 emergenciais, totalizando 1.567 unidades sendo reformadas, para que atinjamos, até o final do ano que vem, todas as unidades educacionais da rede municipal passando por reformas. Também lembro a reforma dos CEUs, os 46 CEUs da primeira e da segunda geração. Já passaram por reformas 36 deles e temos mais 10 que estão em licitação ou em projeto, para serem reformados.

Falando do orçamento de 2024, então, ele totaliza 22 bilhões, comparado ao de 2023, quando eram 19,7 bilhões.

Por tipo de despesa, então: em projeto, 1,2 bilhão; em atividade, 10,9 bilhões; e em pessoal, 9,8 bilhões, totalizando 45%.

Fonte de recurso: Tesouro Municipal, 14 bilhões; transferências federais, 713 bilhões; do FUNDEB, o Fundo Constitucional, 6,9 bilhões; e receita condicionada, 225 milhões.

Abrindo o orçamento em subfunções: Educação Especial, 356 milhões; demais despesas, 516; Educação Infantil, 10,6 bilhões; Ensino Fundamental, 5,8 bilhões; Educação

Básica, 2,1 bilhões; alimentação e nutrição, 1,5 bilhões; e administração geral, 862 milhões.

Orçamento, por grupo de despesas: pessoal e encargos, 9,8 bilhões; outras despesas correntes, 10,9 bilhões; e investimentos, 1,2 bilhões.

Pegando por projetos: construção de Centros de Educação Infantil, 55 milhões; construção de escolas municipais, 61 milhões; implantação de Centros Educacionais Unificados, 142 milhões; construção de escolas, 32 milhões; ampliação e reforma e requalificação, 192 milhões. O próximo é um comparativo, pegando o orçamento de 2023. Aprovado, 19.7; atualizado, 17.8; destes, 15.1; empenhado, 14 liquidado.

Só uma observação: a liquidação de pessoal é feita mês a mês e o empenho, portanto, os senhores podem verificar que nas despesas correntes nós temos 8.9 atualizado e 8.5 empenhado. No caso de pessoal e encargos, como a gente ainda tem o pagamento de novembro, o de dezembro e o décimo terceiro, tem 8.6 atualizado, dos quais empenhado 6.5 bilhões.

Depois tem por atividade e por fonte de receita, que é o próximo comparativo.

Do Tesouro Municipal, atualizado 10.3; do Fundo Constitucional 6.3; transferências federais, 850. Vale lembrar que do Tesouro Municipal passa de 10.3 para 14.1 e do Fundeb, o repasse federal, de 6.5 para 6.9 bilhões.

E acho que é isso. Queria agradecer e pedir desculpas pelo apressado, mas acho que assim, podemos abrir para perguntas. É isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário. O senhor desculpe, a gente fica aqui, parece não prestar muita atenção, porque temos que ir organizando esse nosso encontro. O nobre relator sempre fica para o final, para dar boas notícias, assim que eu costumo dizer para ele. Eu vou chamar, de forma *on-line*, João Luiz Martins.

O SR. JOÃO LUIZ MARTINS - Bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade de participar. Eu sou da Aprofem, ou seja, o sindicato que defende a questão dos educadores e nós temos sempre o interesse de saber como é que anda o emprego das nossas verbas. Porque o nosso principal trabalho é cobrar verba pública para trabalho público. É muito difícil questionar

os dados que estão aí. Eu queria até, só fazer um pequeno comentário, recentemente eu fui visitar uma unidade escolar que estava terminando uma reforma, eu percebi que a reforma estava de uma maneira complicada, porque não era nada prático para quem iria utilizar. Então, uma das coisas que eu sempre cobro nas escolas que eu trabalho, como eu sou professor, nos ambientes que eu trabalho, é que quando for fazer uma reforma, quando for até desenvolver um projeto novo, seria possível, além da participação da comunidade como sugestões, mas também que perguntassem para as pessoas que vão utilizar aquilo, qual é a sugestão que ela tem daquele ambiente, qual que seria a melhor coisa. Porque entendo que tem uma questão de planejamento, de verba e tudo mais. Mas quem vai utilizar também poderia dar um pouquinho de opinião, acho que melhoraria bastante. Concordo com o uso da verba na escola pública. Questionamos um pouco a questão do PPP, mas enquanto a gestão continuar pedagógica com os educadores, tudo bem. Isso tem que acontecer sempre.

Muito obrigado pela oportunidade de falar um pouco com vocês e eu espero poder continuar participando dessas atividades, exatamente, para conhecer e passar para os meus colegas o que realmente está acontecendo com o nosso dinheiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, João. De forma presencial, o primeiro inscrito, Fábio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Bom dia, população paulistana. Saúdo aos vereadores Jair Tatto, Sidney Cruz, Celso Gianazzi; Secretários presentes, Carlos Vianna, Fernando Padula; representantes da Secretaria de Finanças e do Tribunal de Contas Municipal; participantes virtuais e população presente. E queria fazer uma deferência especial a Professora Andrea Generoso, além de membro da Aprofem, membro do glorioso Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que acabou de completar, no dia 1º, passado, 129 anos. Temos aqui em São Paulo uma entidade que existe há 129 anos e, com certeza, uma membra importante está aqui presente, para discutir e debater uma questão tão fundamental como a educação e o esporte na cidade de São Paulo.

As perguntas na Secretaria de Educação são muito pontuais, visto que o orçamento

é enorme e por isso precisa de um maior detalhamento, de uma maior explicação. Por exemplo, na dotação 2874, Recurso do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, FNDE, Educação Infantil. Em 2022 a verba aprovada nesta Casa era 17.9 milhões. Nada foi executado. Em 2023, também, nada executado. Então, por que essa dotação não está sendo executada? Parece um tema importante, a questão da educação infantil, do FNDE.

Outra dotação que encontra problemas graves de execução, num tema fundamental, diz respeito à dotação 2880, Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, PNLLLB, que inclusive existe uma lei nesta Casa, muito importante. Este projeto, no orçamento do ano passado, nem um centavo foi executado, de um total de 2 milhões 800 mil reais. E neste ano, apenas 9 mil 464 reais executado, até 31 de outubro passado, dentro de um valor total de 2.4 milhões de reais. Por que tão baixa a execução num tema tão fundamental quanto a literatura, o livro, a biblioteca brasileira? Também gostaria de pedir licença para exarar uma nota de repúdio a um projeto de lei que recentemente vi nesta casa, que quer tirar o nome de São José de Anchieta de uma biblioteca de Perus. É absurdo como se tem a ousadia e a audácia de mexer com uma figura histórica que dá nome a Casa, Padre José de Anchieta, fundador desta cidade, que querem cassar a homenagem a ele na biblioteca de Perus, baseando-se em informações que não têm nenhum fundamento histórico. Direta até fake news. Então, por favor, não cassem uma homenagem a um santo, mundialmente, conhecido, fundador desta cidade.

Outro assunto, Bolsa Primeira Infância e ações de apoio à educação infantil. Também em 2022 e 2023, nada executado das dotações 2886 e 2887. Por que está zerada a dotação? Será que há algum equívoco? A Câmara Municipal continua aprovando essas rubricas orçamentárias. Vou repetir, em virtude do tema fundamental, Bolsa Primeira Infância e ações de apoio à educação infantil.

Por fim, falando um pouco do CEUs. A construção do CEUs. Em 2022, foi gasto apenas 102 mil reais para essa dotação. Agora, em 2023, parece que houve um milagre. Essa dotação passou de execução 93 milhões de reais. Ou seja, não me parece normal uma dotação quase zerada num ano e para quase 100 milhões de reais no ano seguinte. Então, me parece

que é um problema de planejamento, pois, quando você vai construir um CEU, você tem que ir construindo a cada ano do quadriênio da gestão municipal. E vejo com grande preocupação essa privatização dos CEUs.

Porque a educação é um recurso público. Então, sou contra as privatizações na questão do CEUs.

E, também, falando um pouco da questão da EMEF, em 2022, a dotação 3365 só foi executada de 18 milhões de reais, 102 mil reais liquidado. E esse valor, infelizmente, está muito próximo em 2023. Só é executado 366 mil reais dentro de 10 milhões. Será que não vão mais fazer mais EMFs em São Paulo? É uma coisa muito séria. Também gostaria de registrar minha discordância em dar nomes de grandes personalidades aqui citadas só para CEIs. Você tem que dar nomes, por exemplo, de uma Lúcia Fagundes Teles, de uma Gal Costa, para uma EMF, para uma EMEI, para uma biblioteca, para um teatro. Não para uma CEI. Isso começou com Fernando Haddad, que deu o nome de uma CEI para João Ubaldo Ribeiro. A obra de João Ubaldo, genial, mas não é uma obra para primeira infância, de zero a seis anos. É uma obra adulta, O Sorriso do Lagarto, outras obras.

Então, me parece um equívoco muito grave dar nome de grandes personalidades brasileiras – infelizmente várias faleceram no ano passado e este ano – para zero a seis anos. Você tem que dar para EMEI, para EMF, para bibliotecas de CEUs, para teatros de CEUs, vários sem nomes ainda, infelizmente.

E por fim, falando um pouco de esporte, eu gostaria de requerer, suplicar homenagens a Edson Arantes Nascimento, Pelé, que faleceu no dia 29 de dezembro passado, um herói mundial que faleceu aqui na cidade de São Paulo, que ainda a Prefeitura não deu homenagens. Em que pese existir um centro esportivo no Alto da Lapa, quem sabe um monumento, uma praça lá, próxima, homenagear esse grande rei brasileiro, na época em que o futebol brasileiro ainda era levado a sério.

E, por fim, queria repudiar a privatização da Sabesp, uma coisa que será péssima para a cidade de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Fabio. Erica Nunzio, *on-line*. Erica Nunzio. Erica, nos ouve? Bom, seguindo. Claudia Machado. Claudia Machado. Conectando, vocês me avisam, por favor. Edmilson Nazareno Costa?

O SR. EDMILSON NAZARENO COSTA – Presente. Tudo bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tudo bem, tem a palavra Edmilson.

O SR. EDMILSON NAZARENO COSTA – Para mim é uma satisfação. Eu queria saudar aqui algumas pessoas que eu conheço. O meu amigo Vereador, Isac Felix. Claudia Machado, que é a Presidente da Resc, Rede Educacional Esportiva Social. Infelizmente, ela estava com um problema de internet, a própria Erica, que o senhor acabou de convidar aí. Mas a gente queria falar um pouco na questão de esportes.

Nós estamos com uma rede de algumas entidades que estão trabalhando na área esportiva. E, basicamente, existe já campeonato de xadrez, de dama. Eu queria fazer uma sugestão. Nós, inclusive, mandamos um ofício para que a gente incluía na área de esporte, esse esporte considerado mais de elite. Tênis, tênis tradicional, *beach tennis*, hipismo. Para que a gente possa também, no extremo das nossas regiões, onde tem espaço público, utilizar esses espaços em parceria com as entidades, com as ONGs e com o município. Para que a gente possa fomentar cada vez mais esses esportes que são bem tradicionais das elites e que a gente possa levar para a comunidade. Minha fala era essa aí. Pedir ao nosso Secretário um carinho com a nossa apresentação, o nosso pedido, que foi encaminhado a ele.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Edmilson. Deixe-me achar agora a inscrição presencial. O Josivaldo Nascimento, Associação Zona Oeste. Presença aqui do sempre Presidente, nobre Vereador, membro dessa Comissão, Roberto Tripoli. Depois vem a Rosa Maria Araújo.

O SR. JOSIVALDO NASCIMENTO – Bom dia, bom dia a todos. Bom dia a todos presentes na mesa, bom dia a todos presentes aqui, bom dia a todos presentes virtualmente. Meu nome é Josivaldo, sou presidente da Associação Zona Oeste e Noroeste de Futebol de

Várzea. Parabenizo a Secretaria Municipal de Esportes, Secretário Carlos, presente, pela realização da mais uma final da Taça das Favelas e a Taça São Paulo de Futebol Feminino, que ocorrerá no próximo mês aqui na cidade de São Paulo. Esperamos que a Taça Cidade de São Paulo de Futebol Júnior, a sua final, seja ocorrida, de fato, no Pacaembu, que é a promessa é que no ano que vem seja inaugurado. Sobre os Jogos da Cidade, gostaria de saber do Secretário, na questão orçamentária, porque deixa muito a desejar, nas inscrições, os Jogos da Cidade.

Na sua origem eram 32 equipes, estou falando do futebol de várzea, eram 32 equipes inscritas por Subprefeitura. Foi reduzido para 16 equipes por Subprefeitura. No momento em que o orçamento da Secretaria aumenta e a participação das equipes diminui. E existem algumas Subprefeituras que não conseguem fechar o quadro de 16 equipes. Tem uma aqui que teve três inscritos e três aprovados. Outra teve 12 inscritos e cinco aprovados. Então, está ocorrendo algum equívoco na realização dos Jogos da Cidade na questão do futebol de várzea.

À Mesa, gostaria de pedir ao Presidente Tatto, para protocolar esse documento, que é referente à criação da comissão para falar do futebol de várzea na cidade de São Paulo. Ela já foi encaminhada em 2021, ela foi instaurada e precisa ser instalada, porque o futebol de várzea, hoje, gera recurso, gera emprego, gera mídia social. Tivemos uma final de campeonato de futebol de várzea no Allianz Parque esse ano. Então, o futebol de várzea gera recurso e põe as nossas comunidades, hoje, nos eventos esportivos, de uma forma geral, no tocante ao futebol de várzea.

Então, peço que seja trazido a essa Mesa, encaminhado esse documento, para que a várzea tenha voz e solicitar também ao Secretário se ele tem um mapeamento dos campos que se perdem na cidade de São Paulo. Estamos numa luta pelo Santa Marina Atlético Clube, um clube de mais de 100 anos na cidade de São Paulo, que está sendo destruído pela Saint-Gobain. Está judicialmente, mas a gente espera que seja revertido. Contamos com o apoio da Secretaria, dos Vereadores e até do Ministério do Esporte, para reverter essa situação.

Então, Secretários, contem com o nosso apoio para trabalharmos na questão de quantos campos são destruídos na cidade de São Paulo, todo ano, e quantos projetos tem para

a criação de novos CDCs na nossa cidade. Coloco aqui a nossa entidade a sua disposição, Secretário, para tratarmos desse assunto, que é muito importante, porque muitas comunidades perdem seus espaços, e ali são espaços históricos, de convivência social, e é muito importante que eles sejam preservados.

- Assume a presidência o Sr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Cruz) – Muito obrigado. Obrigado, Sr. Josivaldo. Quero aqui registrar a presença do nobre Vereador Atílio Francisco, nosso decano. Está acompanhando lá de forma virtual. Próximo orador, a dona Rosa Maria Araújo, do Sinesp. Dona Rosa, a palavra por três minutos.

A SRA. ROSA MARIA DE ARAÚJO – Agora, foi? Bom dia, todos e todas. Bom dia, Mesa. Sou Rosa Maria Araújo, diretora sindical do Sinesp, e eu quero falar aqui de alguns pontos que me chamaram a atenção nessa apresentação. Em primeiro lugar, a questão dos concursos, concursos e contratações. Apesar de o Secretário ter apresentado aí a tabela com os concursos e as contratações, a gente, na realidade, quando visita as unidades, observa que ainda não é suficiente, que no dia a dia, apesar de a gente ter a chamada dos concursos, as contratações, essa realidade não se efetiva de fato, e a gente tem ainda a insuficiência, insuficiência de professores, insuficiência de ATEs, insuficiência de recursos humanos para fazer o atendimento adequado aos nossos bebês, as nossas crianças, jovens e adultos.

Então, é muito importante olhar para essa questão. Também peço para o Secretário que olhe para a solicitação que foi feita pelo Sinesp, a partir do Vereador Eliseu Gabriel, do horário coletivo do gestor, porque da forma como ele está sendo realizado, efetivado nesse momento, ainda não atende aquilo que nós de fato solicitamos. Em relação à terceirização que avança nos CEUs e na rede conveniada, nós defendemos verba pública para a educação pública. Por quê? Porque a escola pública faz um percurso com os estudantes. Então, um gestor da educação pública, um professor da rede pública passa 20 anos, 25 anos, 30 anos da sua vida às vezes em uma mesma unidade e cria pertencimento à comunidade. Isso faz toda a diferença. No caso da EJA, incentivar as DREs para que não fechem as unidades de educação de jovens

e adultos, mas que tentem mantê-las abertas, pois esse atendimento tem características muito específicas e são importantes até porque a nossa cidade ainda não zerou a taxa de analfabetismo entre os adultos; e a gente tem ainda a questão da evasão escolar dos jovens.

Sobre a educação integral, um olhar respeitoso aos projetos político-pedagógicos das unidades e ao trabalho que já é realizado nesse sentido, porque nos causa preocupação a angústia dos gestores na implementação do São Paulo Integral. Então, fazer um olhar atento para isso e, se possível, discutir com a rede, com os sindicatos, essa questão.

Apoio à equipe gestora com formação pautada no princípio da gestão democrática, que é um princípio inegociável do nosso trabalho. Hoje nós temos um grande número de gestores jovens, que ingressaram nesses últimos concursos, e se faz necessário formação. Falo por mim, que sou gestora e que, quando ingressei, alguns anos atrás, tive o privilégio de ter formação para poder ingressar.

A SME envia reformas para as unidades. Eu visitei, nesses últimos meses, algumas unidades. E, às vezes, essas reformas vêm repetidas. O diretor já fez a reforma, aí chega a empresa e, sem avisar a direção, repete a mesma reforma. Aí, me chamou a atenção quando, aqui no Tribunal de Contas, eles falaram sobre essas verbas e tudo, e eu fiquei prestando atenção. A gente fica pensando: será que é isso? É disso que eles estão falando? Então, acho que tem que ter muita transparência no uso dessas verbas todas para que o dinheiro seja gasto com aquilo que é necessário e que está faltando. Porque, às vezes, o diretor já reformou o banheiro, aí vem uma verba para reformar banheiro de novo; isso não tem lógica.

Números de estagiários por sala. A gente percebe que aumentou o número de estagiários do Parceiros da Aprendizagem e do Aprender sem Limites, mas ainda não é suficiente, Secretário. Nós temos muitas crianças - ainda bem - ingressando na nossa rede. A gente fica feliz de vê-los lá na escola, mas a gente precisa de uma estrutura bem bacana.

Equipes de limpeza. A gente é do serviço público, mas a gente tem, lá, as equipes de limpeza trabalhando nas unidades, dessas terceirizadas, conveniadas. E três pessoas para limpar uma unidade com 520 estudantes, fora os funcionários, não dá. É um trabalho quase

escravo, eu diria. É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rosa. Rapper Pirata. Depois, Contramestre Palito.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata) - Em nome do Jair Tatto, cumprimento todos os legisladores. Em nome dos funcionários da Câmara Municipal, cumprimento os funcionários públicos, que estão extintos. Falam bastante de orçamento de funcionário público, mas a gente vê que tem pouco. Tem que ter mais edital. E contra o genocídio da juventude periférica, cumprimento os cidadãos.

Primeiro, quero fazer um elogio ao governo. É difícil discutir esporte, participação e educação, mas a gente vai fazer o nosso rolê. Agradeço ao Secretário de Esporte e reforço que a gente quer 2 milhões esse ano, porque a gente é responsável por 5 milhões de reais da Bolsa Atleta e a gente também colocou o Bolsa Atleta para o *break*, que é um esporte, e estão realizando isso com 1 milhão. Quero agradecer isso e só reforçar: manter e ampliar, porque, quando a gente fala contra o genocídio, você cria a possibilidade de o dinheiro público ser fomentador, estar nas ruas, *etc.* É isso.

Agora, vou para o meu lugar aqui. O que a gente precisa fazer sair da cabeça é pensar como 1980 e ficar atuando como 1980. A gente vai falar assim: “criança, jovem e adulto”. Não. A política pública tem que ser para as crianças e para os adolescentes, porque eles não evadem da escola, eles são expulsos. Senão, esses adolescentes vão entrar nessa maldita cadeia que tem 350 mil pessoas por causa do tráfico de drogas.

E a gente precisa fazer uma educação mais qualificada. E quando eu estou falando sobre 1980, é porque os dados do IBGE já estão falando que há uma diminuição da população, mas há uma gordura dos 20 anos até os 59 anos. O EJA precisa atuar, precisa ser ampliado o que nós chamamos de EJA. Porque você tem que dar alfabetização, mas também ampliar o número de pessoas que cheguem próximas ao computador para gerar outro mundo de trabalho, porque não adianta a gente só ficar gastando dinheiro público para uma sociedade.

O que eu percebo é o seguinte: boa parte do dinheiro público atinge a classe média

muito tranquila. É só analisar a SP Parcerias: até 25 anos para fazer miniCEUs. Imagina o inferno. Só que esse dinheiro vai chegar a quem? No arquiteto, na classe média que está dentro do governo. Agora, esse dinheiro não vai chegar à ponta, que é o mais importante, à transformação do cidadão e da cidadã criança, adolescente, jovem, adulto e idoso.

A gente precisa fazer a política chegar à ponta, porque tem muita grana. Estamos falando de 110 bilhões de reais, 25 bilhões na educação. Mas, cara, é muito dinheiro. Porque 25 bilhões, para eu não ficar exagerando, são 25 cidades dentro do orçamento só da educação; tem muitas cidades e Estados que não têm esse orçamento.

Aí, a gente vê cidades complexas e vê Secretaria que tem um orçamento gordo, mas que não tem a complexidade de uma cidade. E, aí, esse orçamento vai para a Participação. E concordo com a tal da janela do orçamento: é um monte de rubricas que você não sabe para onde vai, não tem transparência.

Você acessa a cultura, mas não sabe o que é. Aí, você pega essa janela de 1 real, só que também tem aquelas outras das quais se diz assim: “Essas estão de reforma”. Desde 2017, estão reformando. E agradeço a moça do sindicato, porque é isso. Os caras não param de reformar casa de cultura. Reformam, reformam, só que a gente não vê essa reforma. A gente não sabe o que acontece, mas a gente precisa gerar trabalho.

Agradeço ao cara da educação - eu vou chamar de “cara”, que é o meu jeito de ser - porque ele apresenta lá: “Vamos gerar um número de trabalhadores”. Os outros secretários nem falam quando gera trabalho. A gente não vê a organização da cidade de São Paulo: quantos trabalhos eu vou gerar, quantas pessoas vou acessar e quantos trabalhos poderão acontecer lá na frente, certo?

E salve os sindicatos e todos. A gente está cansado de o nosso anel estar furado. Contra a privatização, qualquer uma, porque anel é a grande resposta. Contra a privatização do Sabesp.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Pirata. Mestre Palito.

O SR. RENATO DE SOUZA (Contramestre Palito) - Bom dia a todos e a todas. Eu

sou o Contramestre Palito, meu nome africano é Kamal, represento o Fórum Municipal de Capoeira. Eu queria, primeiramente, agradecer ao Vereador Sidney Cruz, porque a gente conseguiu uma vitória para a capoeira; eu falo que é uma vitória de 1%, né? A gente conseguiu um edital específico para a capoeira. Depois de muita luta, conseguimos colocar a capoeira no orçamento da cidade de São Paulo. E a gente conseguiu um edital com recorte racial, com cotação para homens e mulheres, pretos e pretas, LGBT e PCD. E o Sidney Cruz, como relator do orçamento, contribuiu muito para que isso se realizasse.

Eu estava vendo aqui a apresentação, e me preocupa muito, porque eu não vejo projetos para o centro. Eu vi lá os CEUs, mas e o CEU no centro? Eu não vejo um projeto de centro esportivo no centro. Porque a gente sabe como o centro está na vulnerabilidade, com a questão da violência, e só se colocando polícia, polícia, polícia, polícia, e a polícia não vai resolver o problema do centro. Isso se resolve com cultura, esporte e educação. Me falem de um espaço cultural, um espaço esportivo aqui no centro. Não tem. Então, precisa investir pesado em espaços aqui no centro.

Falando da capoeira. Tem a Lei 17.566, do projeto de lei da capoeira nas escolas. Só que ela não saiu do papel ainda. E, quando eu falo da educação e enfrentamento antirracista, eu entendo que, para você fazer um enfrentamento antirracista nas escolas, que é ainda um espaço conservador, de uma cultura eurocêntrica, é justamente colocando a cultura e, principalmente, a cultura negra dentro da escola. Não só a capoeira, mas o hip-hop, o maracatu, o samba. Enfim, isso vai fazer um enfrentamento e proporcionar uma verdadeira educação antirracista dentro dos espaços da escola.

Se não fizermos isso desde já é uma pena, pois vejam, o orçamento, como foi falado aqui, 25 bilhões. Como é muito dinheiro, não tem como você não colocar essas culturas. As culturas estão aí. A capoeira está aí para quem não sabe, o município de São Paulo tem mais de 450 grupos e São Paulo é considerada a cidade mundial da capoeira.

Sabemos a força que a capoeira tem. Mas não só a capoeira, a cultura negra e outras tantas, que podem fazer a diferença dentro das escolas no combate e no enfrentamento ao

racismo. Principalmente, a Lei 10.639 que, na prática, não é cumprida, junto com a Lei 11.645 da cultura indígena precisam ser aplicadas integralmente.

Também entendemos que quem tem de cumprir essas leis da aula, tem que ser as pessoas pretas, e como a cultura indígena tem que ser os povos indígenas, que são os protagonistas dentro da escola. É isso.

Então, a gente faz uma reivindicação aqui: desejamos um projeto-piloto para a implementação da capoeira nas escolas, com recursos de 10 milhões de reais que representa, na verdade, um grãozinho de arroz, só para começarmos a fazer um trabalho, qual seja realmente colocar a capoeira, que é patrimônio material da humanidade, do Brasil, enfim.

E, para finalizar, quero lembrar que nesse mês, segunda-feira agora, foi o Dia da Consciência Negra. O que é muito preocupante, e eu acho assim, é que vão ser várias comemorações, mas acho que o Dia da Consciência Negra é um tempo para reflexão, e até para organização do nosso povo. A cultura não pode só virar evento, mas estou percebendo que está virando evento.

Gostaria de terminar com uma frase. Há várias frases que caberiam nesse momento, mas vou lembrar do Néelson Mandela. Ele disse assim: "A educação é uma arma poderosa para mudar o mundo". Então, a educação, integrando a educação da cultura negra, da cultura indígena, da diversidade cultural, junto com a cultura em si, e também com o esporte, é uma arma poderosa para mudar o mundo. É isso. Obrigado. Ubuntu. Estamos juntos, Axé. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Deixe-me chamar aqui, *on-line*, antes do Igor, Samuel Nunes de Andrade. (Pausa) Luba Mello (Pausa) Fabrício Fonseca (Pausa) e Marcelo Pereira... (Pausa)

Seguindo então, Igor Orsolon e, por último, depois, Andréa Aydar, da Aprofem.

O SR. IGOR ORSOLON - Bom dia a todos, Vereadores, Vereadoras, à Mesa, munícipes.

Começo parabenizando a Secretaria Municipal de Esportes, com o Bolsa Atleta, Cacá, muito obrigado. Foram três anos falando sobre isso e acabou sendo incluído esse ano.

Acho que é uma vitória para o breaking e para as outras modalidades, mas isso mostra também a persistência nossa em buscar uma política pública, que é importante para o Município. E muito obrigado por olhar para a gente.

Seguindo disso, claro, porque sempre precisamos lutar mais, gostaria de pedir dez milhões para o Bolsa Atleta para todas as modalidades, para aumentar, para dobrar. Um dos motivos é por conta da idade, que eu acho até ser outra discussão que precisamos fazer, afinal, até 25 anos ok, mas, depois dos 25 anos, a gente precisa comer também, trabalhar, e a maioria do pessoal do esporte já está acima dos 25 anos. Daí que necessitamos desse olhar para essa turma.

E gostaria de solicitar ainda 2 milhões para o Breaking, em 2024. Acontece que, quando a gente vê isso, sentimos e queremos um reconhecimento, tanto para os b-boys quanto para as b-girls, e que ele não seja só técnico, que ele não seja só educacional, que ele não seja apenas um arte-educador ou somente ser um tecnólogo, que é a moda hoje. O que desejamos ainda é participar do Cadastro Nacional de Ocupações, para que nossa atividade seja ligada ao trabalho também. Que é o que o Pirata e todos nós falamos aqui, ou seja, São Paulo é, além de tudo, uma cidade de serviços, sabemos que não tem emprego na indústria, por isso essas atividades seriam uma porta aberta para novos empregos.

Quero agradecer ao Pirata também, que é uma das pessoas que brigou muito por isso aqui, pelo fórum, ajudando muito a gente. Se não fosse ele, não estaríamos com todo esse processo caminhando.

Estamos com o centro de treinamento de Breaking lá no Capão Redondo, onde buscamos fomentar isso tudo, tanto com a parte infantil, adolescente e jovens. Então queria solicitar 500 mil para o projeto Escola SP de Breaking no Capão Redondo. Fica o registro desse pedido também, que agradecemos a acolhida.

Novamente, parabênizo o Secretário, pois a Virada Esportiva esse ano foi impecável e com muitas ações. Só acho que precisa desburocratizar um pouco a participação, porque é muito difícil o acesso, talvez ter um olhar mais acurado para grupos menores, entidades

menores, porque, senão a gente acaba sendo contratado por outras entidades, e ficamos um pouco à margem, então, essa atenção é importante para que possamos executar bem e fazer a melhor produção disso.

Hoje, estou aqui como presidente da Confederação Nacional de Breaking Esportivo. Fui ex-presidente de federação. E queria deixar uma boa relação aqui que é, vejam, não estamos fechados na questão que viemos para vencer, viemos sim para não desistir das ações que estamos buscando e que estão sendo feitas.

Quero deixar uma frase aqui para o nosso querido Palito, que eu acho que tem muito a ver com o que ele falou aqui, que é a seguinte: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor” Portanto, precisamos ter esse cuidado, esse olhar para a gente sair bem no geral. A periferia está aí, é fácil falarmos de periferia só durante essas ações, como a de hoje. Precisamos principalmente fazer essa execução lá.

É verdade que há muitos Vereadores que fazem, mas há muitos que não, assim como há muitos secretários que fazem e outros que não. Então vamos trabalhar todos.

Era isso que eu queria deixar registrado. Obrigado. Bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Igor. Andrea Aydar.

A SRA. ANDREA AYDAR - Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, a todos presentes e também os que nos acompanham remotamente.

Quero agradecer a oportunidade que temos de estar na Casa Pública falando, mas gostaria de salientar que aqui é um espaço em que a gente fala demais e é pouco escutado.

Então, gostaria que houvesse ouvidos atentos, respeitosos para nossas necessidades, necessidades daqueles que estão lá na ponta.

Primeiramente quero dizer que a gente sempre discute, atualmente, o que "parece" estar nascendo agora. Ou seja, precisamos lembrar e honrar os que vieram antes.

Vou me pautar na educação em especial neste momento. Tenho 35 anos de rede, sou diretora da Aprofem, professora de educação infantil desde 88. Por isso, tenho propriedade para dizer que, nessa linha do tempo, enfrentei períodos em que não se existia a verba que se

tem hoje para a educação. É uma verba bilionária, mas, com todo respeito, a educação nunca esteve tão ruim. Nunca esteve tão ruim na qualidade, em especial no gargalo, quando essa criança, esse aluno sai da escola. Pergunto: que perspectivas ele tem de futuro? E isso, independentemente de pandemia, de crise, o que quer que a gente passe.

Com relação à escola, parece um canteiro de obras realmente. Isso que a colega trouxe é uma realidade. Na escola em que eu trabalhei, até estar afastada na Aprofem, quebrou-se cimento bom para colocar cimento novo.

A cidade está inteira quebrada. Ao mesmo tempo, túneis com asfalto excelente sendo arrebitado para colocar novo asfalto. Então, está faltando responsabilidade com relação ao dinheiro público.

A Aprofem é contra a terceirização e privatização por motivos óbvios: esse orçamento todo deve ser investido na carreira, em concursos públicos. Aproveito para saudar o Secretário, Fernando Padula, que, neste momento de sua gestão, promove concursos. Mas, de fato, ainda são insuficientes. Essa projeção de despesas não deve estar pautada muito no que é visível, físico. Como Nação, nós temos que pensar no que é aparentemente invisível e oculto: a efetiva formação das nossas crianças. Nós estamos vivendo um abismo social, cultural e de toda a ordem na nossa sociedade, nós estamos vivendo o caos. Por isso, o investimento, ainda que ele não apareça, deve, de fato, ser na qualidade do ensino.

Revisão geral anual para os servidores, para os educadores: uma qualificação de fato na formação inicial e continuada para que isso respingue na sala de aula, porque, obviamente, tudo o que é falado em sala de aula é voltado ao aluno. Eu me emociono, porque são 35 anos de rede, e eu nunca senti tamanha frustração no meu coração, e eu digo isso do fundo da minha alma. Eu vivo para a educação, minha mãe foi da educação, passou por todos os cargos e se aposentou supervisora. Eu poderia já estar aposentada, mas não me aposentei porque ainda acredito que, antes de sair, eu vou reconhecer que o legado que eu deixei valeu a pena.

Eu sempre fui muito responsável, muito atuante, muito consciente em tudo o que fiz,

mas eu venho de uma geração que teve uma formação diferente. Hoje, não só os gestores, mas os professores estão perdidos. Terceirização, privatização, quadros insuficientes nas escolas, AVEs, mães. As mães, por exemplo, chegam para compor o quadro e, muitas vezes, nem sabem o que estão fazendo ali, porque elas não têm formação. Na minha escola, eu só via mães no celular, sentadas e conversando o dia inteiro pelo Whatsapp. Então, quem é a mãe na escola? Os AVEs estão em quantidade insuficiente para os alunos da educação especial. Inclusive as pessoas confundem educação inclusiva com educação especial. Educação inclusiva é tudo para todos nos vários segmentos, como a inclusão social e a inclusão digital. Mas eu estou falando da educação especial, em que até existem esforços, mas, obviamente, não suficientes. Sem considerar que a gente se baseia naquelas crianças que são laudadas; número duas a três vezes maior em relação aos não laudados.

Por fim, que a verba seja destinada ao serviço público, porque é um dinheiro público.

Pedimos ainda a revisão geral dos profissionais de educação, uma grita de décadas da Aprofem; concurso público; qualificação. E não nos esqueçamos de que o serviço público, como disse a colega, significa pertencimento. Quando você pertence, você faz por ele. Porém, quando se está de passagem, tanto faz. E é isto o que a gente está vivendo: o tanto faz, o deixa passar, o *laissez-faire*.

Eu clamo, porque eu sei da boa vontade e da boa intenção do nosso Secretário de Educação, com quem já tive a oportunidade de conversar. Como estamos inseridos num sistema, somos nós os instrumentos que podem fazer com que ele acorde antes que ninguém mais possa ver nada por estarmos fadados a muita vulnerabilidade aí fora.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Andrea.

Antes de passar a palavra o Vereador Celso Giannazi, eu gostaria de saber do Dr. Guilherme, Diretor Presidente da SP Parcerias, sobre os 341 milhões para um contrato de 25 anos, e também sobre os 336 milhões para os CEUs. Eu gostaria de compreender melhor o que é esse plano, o seu funcionamento, se esse valor é anual.

Dr. Guilherme, você entendeu o meu questionamento?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Acho que sim, Presidente. Na verdade, os maiores montantes são os investimentos que serão feitos nas escolas, seja no caso da DRE de São Mateus, na reforma dos equipamentos, seja no caso dos projetos dos dois CEUs, na construção desses equipamentos. Esses valores que V.Exa. acabou de apontar são relativos ao investimento que será feito nesses equipamentos. Obviamente, há o valor das contrapartidas mensais, que serão os pagamentos feitos, que serão bem menores e pagos ao longo do contrato e na sua execução.

Eu não sei, Presidente, se eu esclareci a sua dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu estou confuso sobre o montante. É a Siurb que constrói escola? Como funciona?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Não, é o mesmo caso das PPPs, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, parceria.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Quem constrói...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que nós estamos fazendo uma parceria com o município, que está entrando um valor de 341 milhões num caso e de 336 milhões no outro.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Esse é um aporte. Então, o investimento na construção da reforma é partilhado entre o concessionário e a Prefeitura, que faz o que a gente chama de aporte; ela entra com uma parcela. Inclusive, apesar de serem dados públicos, vamos enviar a apresentação aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – De qualquer maneira, é para o ano 2024 esses valores. É isso?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Não, esse é o valor total que vai ser investido ao longo do período.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, nos 25 anos.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Obviamente, nos primeiros meses, o

investimento é maior, porque é a época da reforma ou da construção. Mas esse é o valor total do capital que será investido. Como disse o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu entendi que é um montante para determinados números de equipamentos que estão ali relacionados.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Perfeitamente. Isso mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Porque, senão, me assustaria esse aporte em parcerias. Mas, enfim, eu compreendi, então, que é o conjunto e, no ano que vem, saberemos se vai precisar de mais valores, é isso? Poderá ou não ocorrer.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Na verdade, quando o concessionário assina o contrato, ele está se comprometendo com aqueles valores que fizeram do contrato. Então, não pode haver aumento desse valor; uma vez assinado o contrato, esse será o valor que ele receberá.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É porque tem construção e tem manutenção.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Exato. Esses valores...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – E aí tem a terceirização, por exemplo, que já está definida, dos 12 novos CEUs, e a parte de esporte e cultura, que será a parte que a gente chama de terceirizada, já constam dentro disso. Então, esses valores incluem tudo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Os miniCEUs.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas eu compreendi, sim, que é o montante estabelecido.

O SR. FERNANDO PADULA NOVES – Posso só...?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode, sim, Secretário. Só não sei se o Vereador Giannazi vai querer falar do assunto.

O SR. CELSO GIANNAZI – Se quiser, pode falar.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Então, depois eu respondo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dr. Guilherme, V.Exa. pode mandar essa apresentação para a nossa Comissão, por favor?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Claro, Presidente. Pode ficar tranquilo que eu vou mandar a apresentação completa. Todos os dados da apresentação são públicos, mas eu vou mandá-la para V.Exas.

Fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, aproveitando a oportunidade da presença do Secretário, vamos já encerrar esse tema, esse assunto, essa parte, esse quesito.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Deixe-me só explicar essa questão de PPP, que é Parceria Público-Privada, em duas questões.

Uma, construção. Construção com manutenção. E a outra, manutenção. São duas PPPs que já foram feitas audiências públicas, modelagem pela SP Parcerias. Uma diz respeito a CEUs, que é construir novos CEUs e mantê-los por 25 anos.

Vale a pena, depois, conhecerem o modelo de Belo Horizonte. Belo Horizonte fez, há 10 anos, um modelo de PPP na educação. Uma empresa faz a construção e é responsável pela manutenção. Eu tive a oportunidade de estar lá e conversar com a diretora, que é uma servidora pública do município, que está bastante satisfeita, porque ela foca no essencial, que é o pedagógico.

Só uma observação para desmistificar um pouco. Hoje, quem constrói? É uma outra modalidade. É uma empresa terceirizada, pela SIURB ou pela SP Obras, licitada. Quem faz vigilância? É um terceirizado que é contratado para fazer vigilância. Quem faz limpeza? É um terceirizado que é contratado por meio de pregão eletrônico para fazer isso. Quem faz merenda? É um terceirizado. Isso há décadas. Portanto, a PPP nada mais é do que juntar tudo isso num único contrato.

O do CEU de construção e manutenção, a escola que vai ter lá, que vai ser uma

EMEF de educação integral, professor concursado, diretor concursado, ATE concursado. A outra é pegar este modelo de PPP e fazer a outra parte, que é manter. Então, nós escolhemos uma na região de São Mateus para fazer o piloto de manutenção das escolas existentes. É uma construção mais complexa, porque as escolas são de períodos diferentes, tem projetos de edificação diferentes, características diferentes, porque não foi uma única construtora que fez todos esses projetos. Para mudar um pouco a lógica, ao invés de você ficar, caiu o muro, manda um ofício, o ofício vai para a DRE, aí manda para a secretaria, aí vai para a SIURB, aí vai para a SP Obras, aí licita o projeto, depois licita a construção. Não. Você tem uma empresa que fica responsável por essa manutenção sem entrar na questão pedagógica.

Então, são dois modelos. Um já está em construção, é o primeiro lote, 5 CEUs, que está em construção. O outro lote está esperando o Tribunal de Contas liberar. E o de manutenção das escolas de São Mateus e aí também tem ampliação de algumas dessas escolas.

Quando se fala em mini CEUs, a ideia é o seguinte: algumas escolas têm terreno, então, você não vai conseguir ter um CEU, mas você pode ter, por exemplo, um auditório, você pode ter uma sala de arte, você pode ter alguns equipamentos que tem no CEU que podem ter nestas escolas. É isso que nós temos chamado de mini CEUs.

E aí mudar um pouco esta lógica de você contratar uma empresa para ir fazendo as pequenas intervenções. Não, você tem uma empresa que, durante 25 anos, tem que manter aquelas escolas no mesmo padrão. Não manteve, multa. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom dia, Sr. Presidente Vereador Jair Tatto. Cumprimento também o nosso relator do orçamento Vereador Dr. Sidney Cruz, que tem um desafio enorme que é colocar as demandas da população no orçamento da cidade de São Paulo, que é de 110 a 120 bilhões de reais que vamos chegar até o final de 2024.

Saúdo a presença do Secretário Cacá; Secretário Padula; os representantes da Secretaria da Fazenda; do Tribunal de Contas do Município; Dr. Guilherme, da SP Parcerias, que fez um grande trabalho à frente da Secretaria da Fazenda nos últimos anos na cidade de

São Paulo; e saudar todas e todos que estão de forma presencial ou de forma *on-line*.

Sr. Presidente, eu acho que é importante a gente fazer essa discussão nesta audiência pública com a presença também do Tribunal de Contas do Município, da Secretaria da Fazenda, porque a gente quer e discute a transparência dos dados, dos números da cidade de São Paulo. Isso é muito importante, pois é o maior orçamento municipal da América Latina. Então, a gente tem que tratar com tranquilidade, com muita seriedade e compromisso o orçamento da cidade de São Paulo.

A gente vai falar para o Secretário Cacá. A gente teve algumas falas. De fato, Secretário, a gente tem muitas demandas e aí o nosso compromisso, a nossa responsabilidade. Não dá para aceitar que uma cidade como São Paulo tenha 0,3% do orçamento destinado ao esporte com tantas demandas que foram colocadas. Isso é muito pouco. Então, a gente precisa fazer esse enfrentamento agora no orçamento, no LOA que vai ser votado agora, e colocar recursos, aumentar esse percentual. O esporte está como a cultura: largado em terceiro, quarto, quinto plano. Então, o desafio é colocar mais recursos no esporte.

Gostaria de tocar neste outro aspecto, Dr. Guilherme. Dr. Guilherme, a gente acompanha as PPPs com muita preocupação. Eu digo com muita preocupação porque o senhor citou as 90 escolas, 327 milhões, e aí a gente gostaria de saber, por exemplo, quem vai, na PPP, dizer qual é o projeto executivo de uma escola? Digo isso porque já estive em alguns CMEIs que foram construídos muito recentemente na cidade de São Paulo e, por incrível que pareça, entramos na secretaria do CMEI e não tem fiação e tubulação de internet e nem de telefone. Então, alguém que está construindo isso, que trabalhou, que participou desses projetos nunca entrou numa escola. Eles não sabem o que é uma secretaria de uma escola, não é possível. A gente tem uma preocupação muito grande com isso, Secretário, para ver quem é o responsável pela fiscalização e acompanhamento dessas construções e reformas da escola.

Alguns colegas falaram, os sindicatos colocaram, o João também, da Aprofem, e isso é uma verdade que acontece. Em várias escolas que a gente vai, a gestão da escola não sabe, chegou uma reforma na escola e a gestão da escola não foi ouvida, ela não sabe o que vai ser

feito ali. Ela tem uma necessidade gigante e emergencial de uma reforma de banheiro que não tem vaso e chega lá uma empresa para trocar o telhado da escola, que foi trocado já em 2020. E agora, em 2023, chega para trocar o telhado de novo sendo que as crianças não têm vaso no banheiro da escola.

Então, a gestão das escolas, as diretoras, as coordenadoras pedagógicas, quem faz a gestão da escola não está sendo ouvido nessas reformas. Isso é muito grave, porque quando a gestão da escola não sabe o que vai acontecer, não tem quem fiscaliza, ninguém fiscaliza. Então, acho que é até um ponto para o Tribunal de Contas também colocar uma lente sobre isso, que não há essa fiscalização.

Também queria perguntar ao Dr. Guilherme: quem vai fazer a fiscalização da PPP? É a mesma que está fazendo a fiscalização dos cemitérios da cidade de São Paulo? Porque isso é preocupante, é um ponto de muita preocupação que a gente tem na cidade.

Em relação ao que foi falado e que também me deixou muito preocupado, é essa questão do TCM apontar três pontos. Uma de dotação de mil reais, simbólico no orçamento, porque isso é uma vergonha, é um escárnio com a população que não consegue acompanhar, não há transparência.

A outra, Dr. Gustavo, e aí o Secretário Padula também, eu olho o orçamento, eu viro para cá, viro para lá, a gente vai acompanhar o investimento das escolas, da reforma e construção de escolas no município de São Paulo e eu vejo que a gente não consegue fazer um comparativo, porque parece que tem restos a pagar, que a Prefeitura de São Paulo está usando restos a pagar de 2020, 2021, 2022, 2023. A população não consegue ver o quanto está tendo de investimento na reforma de escolas na cidade de São Paulo. Eu sei que tem restos a pagar de quatro bilhões de reais. Acho que quase metade disso está na área da educação, mas a gente não consegue acompanhar. Qual o investimento da cidade, em 2023, na reforma de escolas?

A gente trabalha com três ou quatro orçamentos paralelos. Isso acho que fere qualquer princípio da transparência, da publicidade do gasto público, e a gente precisa colocar lente nisso.

O Secretário Padula esteve na Comissão de Educação fazendo a prestação de contas, conforme a legislação determina. Isso é muito importante. Lá o Secretário falou do PTRF, essa verba importante do PTRF. Ainda não chegou a terceira parcela do PTRF nas escolas. Eu consultei o SEI e fiz algumas consultas e parece que tem um questionamento da Secretaria da Fazenda para a SMI para fazer um remanejamento, porque tem uma pendência na Secretaria Municipal de Educação, isso que aponta a Fazenda no SEI. Então, eu gostaria de, depois, se o Secretário pudesse dar essa resposta aqui para os diretores que estão esperando ansiosamente essa terceira parcela para fazer as implementações.

Secretário, outra pauta, outro ponto que é importante, nós tivemos uma audiência pública aqui, bem recentemente, na Câmara Municipal, da Comissão de Educação, para tratar do quadro de apoio, os profissionais da educação do quadro de apoio que são totalmente invisibilizados aqui na nossa rede municipal. Têm problemas na remuneração, na jornada, na evolução das suas carreiras. Eu dou um exemplo: nas EMEFs, nas EMEFs, aqui do município de São Paulo, a gente tem secretário de escola que cuida da vida funcional dos servidores, do apontamento dos alunos. Eles são servidores do quadro de apoio que são retirados daquela função, colocados na secretaria e são remunerados por isso. Na educação infantil, eles também fazem esse trabalho, mas não são remunerados. A gente precisa, Secretário, eu acho que é urgente, dar uma visibilidade para o quadro de apoio, tirar eles da invisibilidade, trabalhar com a possibilidade de ter uma evolução mais rápida aqui na sua carreira, para ser uma carreira atrativa. Eles são profissionais da educação, são educadores importantíssimos no funcionamento da escola. Sem o quadro de apoio, a escola não funciona.

Outro ponto, já caminhando aqui para o final, Presidente, diz respeito aos concursos públicos. A gente tem essa luta incansável para mais concursos públicos. A gente sabe que há um déficit muito grande de profissionais da educação. A gente sabe também que foi feito o concurso de PEIF, FUND I e FUND II, já está demorando muito, já faz um ano, um ano, é o concurso mais demorado entre a realização da prova e a nomeação dos aprovados. Gostaria de ouvir do Secretário também... Parece que nós estamos aí, parece que na fase de aferição, depois

a gente ainda vai ter a homologação, a nomeação, tem os prazos. Eu tenho muita preocupação que esses profissionais, esses aprovados no concurso público serão nomeados. Eu não sei quando eles chegam nas escolas. Muito provavelmente no início das aulas eles não estarão nas escolas. Nós temos o concurso de PEI, da educação infantil, que a prova vai ser no dia 14 de janeiro de 2024. Estes aprovados, eles certamente não chegarão, não estarão disponíveis na sala, nas escolas no início de fevereiro de 2024. Com certeza não, só talvez meados de 2024. E aí, Secretário, nós aprovamos aqui, na Câmara Municipal, no ano passado, uma discussão, o Dr. Sidney Cruz, o Vereador Presidente Jair Tato também participou muito ativamente nessa discussão, a Lei nº 17.854, de dezembro de 2022, bem no finalzinho de dezembro, autorizando o Prefeito Ricardo Nunes a prorrogar, a renovar os contratos dessas trabalhadoras, principalmente da educação infantil. São, na sua quase totalidade, mulheres trabalhadoras que estão aqui com contratos, que contratos estão vencendo agora, entre os dias 20 e 23 de dezembro, estão angustiadas. São várias trabalhadoras que vão perder o emprego se a Prefeitura não renovar esses contratos. Precisa renovar porque esses aprovados no concurso público não chegarão, não estarão disponíveis em fevereiro, no início de fevereiro, para as escolas. Então, a gente corre o risco de as nossas crianças estarem sem professoras e professores na sala de aula em 2024. Então, é um apelo, Secretário, para que haja, aí, a divulgação, o informe para essas trabalhadoras. A gente sabe, aí, as dificuldades que têm, mas dê um horizonte para elas, dentro do contrato, da renovação da grande maioria desses contratos, até que os nomeados ou aprovados nos concursos públicos cheguem nas salas de aula. Então, fica esse apelo.

E o último ponto, que é, o Secretário colocou, a EJA, Educação de Jovens e Adultos. São 25 mil alunos. Eu tenho, a gente roda as 13 DREs, na cidade de São Paulo, fala com muitas pessoas, a comunidade quer voltar a estudar. A pessoa que não teve condições de estudar na idade regular, quer voltar a estudar, são jovens, adultos e idosos, querem voltar a estudar, e a gente está tendo uma dificuldade muito grande, uma barreira criada por algumas DREs, impedindo que esses jovens, adultos e idosos voltem a estudar. Então, esses de 25 mil, com

certeza, a gente quase que dobraria esse número na cidade de São Paulo. Agora, eu queria ouvir do Secretário se esse é um projeto mesmo, de fechar a EJA, Educação de Jovens e Adultos. Se for, é muito grave, porque a gente tem recurso na cidade de São Paulo. A gente tem 35 bilhões de reais no caixa da Prefeitura de São Paulo, rendendo juros. A gente vai chegar agora no final de dezembro, com 6 bilhões de reais de juros, desse recurso que está guardado no banco. Então, recurso tem. Então, Secretário, pedir, fazer esse apelo para que a gente coloque recursos para a EJA, para que a gente tenha abertura de novas salas da EJA aqui na cidade de São Paulo, para que esses munícipes, cidadãos e cidadãs, que eles possam ter acesso a um direito constitucional à educação aqui na cidade de São Paulo.

Então, são esses apontamentos, essas perguntas que eu deixo aqui para o Secretário. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu faço uma observação, o nobre Relator também deve estar atento, que todas, as que eu bati o olho, todas as pastas, estão com um valor empenhado maior do que foi orçado. E eu estou fazendo aqui um desafio de a gente atualizar. Eu estou citando o subsídio da tarifa, por exemplo, eram 3, usou 5, quase 6, vai fechar em 6 e alguma coisa. Então, deve uma atualizada. Então, veio para o orçamento 5. Então, aí tem, o Vereador Celso colocou, acho que tem um decreto que está permitindo, Secretário, que venha trazendo esse valor. Ótimo, não vai perder. Consta, aqui, que dá em torno de 2 bilhões, entre 21 e 22.

Bom, o positivo é que não se perde o dinheiro. Porque eu me lembro, ano passado, que houve lá, até para cumprir a Constituição, no meio de dezembro, acho que, se não me engano, foi em torno de quatro, cinco, né? Cinco jogados em dezembro para as escolas. É isso, Celso. Os diretores falam: “Olha, o que eu faço neste momento?” Foi um... “Com este dinheiro aqui”. Claro que foi dado o nome de cada escola, o quanto que foi para cada escola. Todas as escolas de São Paulo hoje têm a placa lá de reforma.

E teve um fato que no dia 30, se eu não me engano, um bi foi empenhado, no dia 30 de dezembro. Eu sei que foi empenhado muita coisa. Os números eu não estou me lembrando

direito, estou meio que no chute aqui.

Então, eu até ia fazer uma pergunta ao Cacá, mas ela é geral. Porque você está com um orçamento igual, é um por cento a mais, do 23 para o 24, um por cento a mais, mas o empenhado está bem maior. Eu não vou falar, porque pelo que eu bati o olho, nobre Relator, então está tendo hoje. Eu estou fazendo aqui um desafio que eu arriscaria colocar cinco milhões a mais no substitutivo. Claro que nós vamos ter resistência. O Governo pode ter como opção dele dizer: “Não. Eu prefiro como está”, porque nós já entregamos um relatório com 97, o ano passado, e deve fechar em 110. Têm as operações de crédito, mas também se a gente analisar as operações de crédito, também não veio todo o dinheiro ainda. Elas são feitas por partes.

O Relator aqui, eu compreendo que ele precisa dialogar amplamente, mas eu vou fazer essa defesa pública, porque quando a gente vai na Assistência, que verifica que tem lá uma demanda reprimida... Até o Secretário ontem chamou de uma pressão. Mas foi importante o Secretário Bezerra trazer para a própria audiência aquilo que o fórum, por exemplo, da Assistência, colocou como a necessidade de ajustar o valor, que é 1 bi e 700. Então, eu estou aqui de maneira até, eu diria, provocativa, porque eu acho que a gente teria condição de devolver - que nós transformamos num substitutivo, ok -, devolver e arriscar 5 bilhões a mais na devolutiva e atender a essas necessidades. Mas não é pressão sobre o relator, não. Já falei com ele, mas eu vou fazer essa defesa. Então, Secretário, acho que basicamente eu tenho só esses entendimentos, dessas coincidências, que eu acho que não é negativo, significa que temos dinheiro, dá para se fazer muita coisa. Aqui foi colocado, do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista da reforma das escolas.

Eu falo, viu Celso, assim, a educação de São Paulo é maravilhosa, do Município de São Paulo, bem construídos, os profissionais de educação, o que vocês veem construído. Eu faço uma comparação com o Estado, o Estado, permita dizer, você esteve lá, não é, Padula? As escolas do Estado parecem uma prisão, são os muros erguendo e gradil. Eu estudei até a 8ª série. É deprimente, não é? Então, o modelo do Município, nós não podemos... O William, profissional de educação, está aqui conosco. Nós temos um ensino bom, temos um ensino de

qualidade, nós temos uma alimentação perfeita, que foi se construindo ao longo dos anos. Eu acho que o ensino municipal, vocês são mais da área, eu não sou profissional de educação, é um modelo para o Brasil, não é?

Então, é importante que hoje nós estamos discutindo esse aperfeiçoamento e esse melhor... não melhor, mas, diria, um jeito mais, eu digo simpático, que é um jeito mais transparente de aplicar os recursos na educação. Porque a constatação que temos é que o ensino é muito bom e podia ser muito melhor. Acho que é essa...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Então, vamos lá. São minhas observações aqui, gerais, genéricas. Cacá, eu acho que tem alguma pergunta direcionada a você.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANNA - Foram algumas perguntas aqui, Jair, que eu vou responder de forma objetiva. Até deixei para me pronunciar ao final, em virtude daquilo que vimos realizando na Secretaria de Esportes.

Vou começando respondendo ao Giannazi, Parlamentar da Casa. Giannazi, temos hoje aumentado significativamente, o Jair acompanhou. Hoje estamos falando de um orçamento, em outubro de 2023, de algo em torno de 600 milhões de reais. Um investimento significativo no esporte, tenho falado com muita tranquilidade, a maior gestão do esporte da cidade de São Paulo.

Vimos aqui qualificando resultados, principalmente em toda a cidade. Vou te dar só um balanço bem objetivo daquilo que a gente vem realizando. Por exemplo, outro dia, o Ricardo Capriotti, da Rádio Bandeirantes, me ligou e falou, Secretário, a gente aqui em São Paulo só tem duas pistas de atletismo públicas. Eu falei, olha Ricardo, acho que você ligou no momento certo. Estamos ampliando em 100%. Hoje temos uma pista no Joerg Bruder e temos no Centro Olímpico do Ibirapuera, mas estamos dando a possibilidade de a zona Leste ganhar uma pista de atletismo dentro do CERET. E também a zona Norte dentro do Thomaz Mazzoni, que estamos construindo também uma nova pista de atletismo.

E quando você vai falar em pista de atletismo, em equipamentos de esportes, são

equipamentos que precisam de áreas grandes. Uma pista de atletismo, você precisa minimamente de 7 mil metros quadrados para poder fazer essa intervenção na obra. E aí não é muito fácil você localizar espaço a não ser, por exemplo, que você faça um projeto dentro de um CDC e assim sucessivamente.

Mas estamos fazendo lá no CERET, não só a pista de atletismo, mas também a intervenção e o primeiro Campo de Rugby Internacional homologado pela Confederação Mundial de Rugby no Brasil. Então, o primeiro campo no Brasil de rugby, mostrando um pouquinho que a gente vem também trabalhando outras modalidades esportivas. Respondendo ao Edenilson que está presente, não é só a questão do futebol, o futebol é o carro-chefe do Brasil, mas a gente vem também fazendo outras modalidades esportivas.

Na questão do centro olímpico, estamos fazendo dois centros olímpicos novos, um no José Bonifácio, na zona Leste, igual, muito parecido com o que temos no Ibirapuera e também no Thomaz Mazzoni. Equipamentos super bem qualificados, fazendo o trabalho da descentralização da rede olímpica, que é o nosso diálogo com o Padula, onde as escolas têm um contraturno escolar esportivo, para que possamos qualificar ainda mais as nossas crianças.

Sabemos da importância do esporte na formação cidadã, não só com o objetivo dessas crianças se tornarem atletas de alto rendimento, mas o quanto qualifica cognitivamente. A questão de as crianças terem uma autoestima melhor, entender a questão do respeito, da disciplina. A família ganha muito com isso quando envolvemos a família dentro desse ambiente.

Então, esse trabalho com o Prefeito Ricardo Nunes, da descentralização da rede olímpica, já começou com esses dois espaços que entregaremos no ano que vem, para potencializar esportes na cidade de São Paulo de forma muito objetiva.

Mais do que isso, temos três estudos agora, de mais três centros olímpicos. Um na Cidade Tiradentes, um na Vila Missionária e outro no Parque Santo Antônio. Também para fechar esses espaços da cidade e qualificar esses ambientes de maneira objetiva, buscando dar à população, principalmente na periferia, a oportunidade de fazer esportes.

Eu tenho dito para muitas pessoas o seguinte, olha, é muito fácil achar que fazer

esporte é barato, não é. Precisamos fazer esporte com profissionais do esporte, valorizando o profissional de educação física, que tem habilidade, formação para avaliar quem vai ter uma atividade de qualidade de vida. E quem tem condições de ser trabalhado para se tornar um atleta de alto rendimento, se assim o desejar. Também não é todo mundo que faz esportes que quer ser um atleta de alto rendimento, mas no que tange, inclusive, qualidade de vida, temos feito muito isso na cidade de São Paulo.

Até outro dia brinquei com o Secretário de Saúde e falei, na verdade, você é o Secretário da doença e eu sou o Secretário da Saúde, porque é o esporte que faz saúde. Quanto mais a gente, lógico, a gente sabe que as prerrogativas da OMS são competência da Secretaria de Saúde. Mas, de alguma maneira bem objetiva, entendemos que quanto mais esportes colocarmos na vida das crianças, teremos cada vez mais pessoas saudáveis e dando menos entrada em UBSs, no pronto atendimento e na atenção primária. É o que precisamos trabalhar muito, cada vez mais na nossa sociedade.

Levando em consideração, então é isso, a reforma das piscinas. Entregamos agora a piscina do Jabaquara, na Vila Guarani, e entregamos na semana passada na Vila Curuçá, na zona Leste, uma piscina. Muitas vezes as pessoas acham que é fácil manter uma piscina. Quem tem piscina sabe o quanto é caro fazer e manter, a questão da tubulação, da caixa de máquinas, que faz toda a filtragem da água para ter uma piscina de qualidade. Estamos fazendo a reforma da piscina da Mooca; da Vila Carioca, na entrada do Heliópolis; da Vila Manchester, no Carrão, vamos entregar agora; Barra Funda; Pelezão; Joerg Bruder; Curuçá; Jalisco e Vila Guarani.

Além disso, Jair, o que temos feito? Algumas piscinas semiolímpicas que ficam abertas. Não tem justificativa, Fábio, essa piscina ficar aberta porque no inverno paga água, paga tratador, paga salva-vidas e não se utiliza a piscina. Estamos remodelando isso. Então, estamos, por exemplo, uma piscina da Vila Carioca, dois metros e meio de profundidade. Não justifica. A gente precisa fazer o quê? A norma da ABNT, um metro e quarenta, faz aula de natação doze meses no ano, faz hidroginástica e ainda vê quem tem aptidão para ser um esportista de alto rendimento, faz uma seleção e vai absorvendo essas crianças para o Centro Olímpico.

Então, dar melhor condição à utilização de um equipamento que está lá, que é público e que consome dinheiro. E aí, com o Prefeito Ricardo Nunes, vimos alterando essas piscinas, aquecendo e cobrindo para que possamos dar mais qualidade de vida para a população através dessas piscinas.

A reforma do Centro Olímpico do Ibirapuera, uma grande reforma, só para você ter um exemplo, lá tinha um aquecimento para uma piscina olímpica. O que acontecia? Todo mundo sabe que um equipamento pode ter problemas. O que fizemos? Colocamos um *backup* para poder, na verdade, manter a piscina aquecida 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias. Porque o atleta de alto rendimento, quando ele vai nadar, não pode nadar numa piscina gelada. Tem uma temperatura certa para ele criar alto rendimento. Então, pensando nisso, criamos uma caldeira de *backup*, quando para uma, a outra já entra em funcionamento automaticamente.

Requalificamos, inclusive, com o meu Conselheiro João Antonio, que me ligou. Achei que ele ia falar, Secretário está com algum problema. Ele me ligou e falou, não, Secretário, quando vamos inaugurar o campo do Centro Olímpico aí? Fizemos uma grande ação com o Parlamento, com o Tribunal de Contas. E aí, eu falei para ele: “João, o importante de você estar aqui é que você já vai atestar a qualidade da grama”, porque a gente também tem feito essa discussão no Tribunal de Contas, com mesa técnicas, mostrando que grama tem que ser de qualidade. Por quê? Porque quanto mais qualidade o equipamento tiver, menos lesão o atleta terá, seja ele ou amador ou profissional. Então, a gente fez toda uma reforma do Centro Olímpico e a gente tem feito muitas intervenções em diversos centros esportivos, que eu vou listar aqui agora.

Há obras nos Centros Esportivos Barra Funda, Campo Limpo, Casa Verde, Ipiranga, Jaguaré, Jardim Celeste, Mandaqui, São Mateus. No Centro Esportivo Aclimação, o Jack Marin, nós vamos trocar o gramado depois de anos e, no Centro Esportivo Butantã, um clube enorme que tem um afundamento, nós vamos fazer uma piscina, uma obra muito importante que vai requalificar todo o espaço. No Centro Esportivo da Vila Manchester, onde ocorreram os jogos organizados pela CUFA, a gente também vai trocar o gramado e reestruturar o espaço. Na Vila

Carioca, no Tatuapé e nos Centros de Esportes Radicais, no Bom Retiro, a gente também está fazendo intervenções, uma demanda da comunidade local que usa o espaço. Intervenções também na Freguesia do Ó; no Jardim São Paulo; no Centro Esportivo Jorge Bruder, em Santo Amaro; na Lapa; na Mooca, onde também tem uma grande piscina; em Teotônio Vilela; na Vila Guarani onde estamos requalificando os equipamentos; no Centro Esportivo Santa Catarina, no Balneário Jalisco; no CERET, onde está localizada a maior piscina pública da América Latina, uma grande intervenção; no Clube de Gateball, no Ipiranga; no Centro Esportivo Jardim Sabará, Mini Balneário Antônio Carlos de Abreu Sodré, onde gente vai cobrir a quadra; na Pista do Chuvisco, onde gente está fazendo a entrada para colocar uma guarita para utilização do estacionamento; no Parque Linear Invernada.

Nos CDCs, eu nem vou entrar no mérito, porque são muitos onde a gente vem atuando, inclusive com a emenda de parlamentares desta Casa, que contribui muito para a qualificação desses espaços esportivos. Aproveito para agradecer a todos os parlamentares, indistintamente, por serem grandes parceiros dos esportes, com execução, porque existiam relatos de que, no passado, colocavam dinheiro na SEME, e o dinheiro se perdia. Na nossa gestão, isso não acontece exatamente porque a gente sabe da importância desse investimento na ponta para a população.

Mais do que isso, programas de lazer para a população, porque, quando se fala do esporte, só se lembram de campeonatos e ações desse tipo, mas também tem o lazer, o programa Clube Escola e o projeto Virando o Jogo. Para quem falou que no Centro não tem atividade, a gente colocou um balão na Virada Esportiva e os projetos Virando o Jogo e Basquete 3x3, além de várias atividades paradesportivas que não existiam na SEME para as nossas crianças que têm deficiência. Além disso tudo, estamos indo para a 3ª edição dos Jogos LGBTQIAPN+, que na última edição, contou com uma equipe do Chile. Nunca uma equipe internacional tinha vindo participar desses jogos na cidade de São Paulo.

O Circuito Popular de Corrida de Rua voltou, inclusive com ações no Centro. Além disso, tem o Jomi – Jogos Municipais da Pessoa Idosa, e os bailes Vem Dançar, que leva não

só a ação social, mas também faz com que as comunidades dos Centros dos Idosos façam um *tour* pela cidade e conheçam outras regiões. Uma ação também muito importante.

Passeios de bicicleta no Centro de São Paulo, e o Passeio Ciclístico Pedal Sampa. “Ah, andar de bicicleta é fácil”, mas tem gente que sequer tem uma bicicleta, porque é um produto caro. Uma família de quatro pessoas, por exemplo, gastaria no mínimo quatro mil reais em bicicleta. Pensando nisso, fizemos o programa Pedal Sampa, que atende a 120 pessoas com bicicletas gratuitas na cidade, inclusive triciclos, a fim de incentivar a pessoa que não sabe andar de bicicleta a aprender a andar de bicicleta e também dar a oportunidade a pessoas que queiram andar de bicicleta poderem pedalar com uma bicicleta de alta qualidade em passeios ciclísticos e mecânicos. Nesses programas, se alguém tiver problema com sua magrela, problema no freio, no raio, é só chegar que a bicicleta vai ser arrumada; é a oferta de uma manutenção, algo que a gente sabe que é caro para a população. Esse é outro programa também muito significativo.

O Bolsa Atleta na cidade de São Paulo foi aprovado em 2009 e agora entrou o chamamento do Bolsa Atleta Rei Pelé. Essa é a resposta ao Fabio, que perguntou se não ia ter nenhuma homenagem ao Rei do Futebol. Infelizmente, ontem, o Brasil perdeu de 1x0 para a Argentina, mas fizemos essa homenagem ao Rei Pelé por meio do Bolsa Atleta e temos um projeto para criar um ginásio esportivo com o nome Rei Pelé, porque a gente sabe que hoje falta um ginásio na cidade de São Paulo. É inadmissível que as nossas crianças tenham que ir a outros municípios para disputarem campeonatos porque não tem uma arena na cidade de São Paulo. “Ah, mas tem o Ibirapuera”. O Ibirapuera é um equipamento do Estado, mas um município do tamanho de São Paulo não pode deixar de ter um equipamento dessa dimensão para criar o fomento esportivo por meio de um campeonato de vôlei, de natação, de futsal, entre outras modalidades, e hoje a gente não tem um equipamento que possa receber com qualidade essa vocação que tem o Centro Olímpico.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS AUGUSTO MANOEL VIANNA – É, mas tem uma concessão agora no Pacaembu e tem uma proporcionalidade daquilo que a municipalidade pode usar. E aí. a

gente que faz alto rendimento, que faz toda a ação esportiva na cidade, não pode depender do equipamento que não é nosso, que é de terceiro. Por isso, esse projeto é voltado para essa finalidade. São mais de 1.300 atletas dentro do Centro Olímpico; a gente dobrou o número de atletas fazendo peneiras. Só na última peneira, mais de seis mil crianças entraram para o Centro Olímpico; a gente trabalhou de forma muito objetiva essa situação.

Fizemos também uma reparação às mulheres, que, na época da ditadura militar foram impossibilitadas de jogar futebol no Brasil e também de fazer algumas outras modalidades. Pensando nisso, uma proposta da SEME juntamente com o Prefeito foi de fazer a 1ª Edição da Copa São Paulo de Futebol Júnior Feminina. A gente sabe que o Brasil vem crescendo muito e, quando a gente vai fazer os campeonatos femininos na SEME, diferentemente do masculino, que você tem o Sub 7, o Sub 9, o Sub 11, o Sub 13, o Sub15, no feminino você não tem. E, pensando em reparar essa situação, em fortalecer as meninas, principalmente muitas que gostam de jogar futebol, e tendo como base o campeonato da Copinha Masculina, a grande vitrine dos atletas masculinos, em dezembro vamos promover a 1ª Edição da Copinha Feminina, uma grande parceria com a Federação Paulista de Futebol, com 16 clubes nesse início, com o recurso da Prefeitura, para poder dar essa visibilidade para as meninas, que a gente sabe que tem se destacado muito no futebol feminino.

O Edmilson falou de modalidades que não são acessíveis à nossa população. O Vereador Giannazi, que acompanha a gente, deu o exemplo do tênis, que, realmente, é um esporte de elite. Pensando nisso, nas quadras do Ibirapuera, que ficavam disponíveis para a população ali do entorno, a gente colocou um projeto chamado Rede Tênis, que inclusive tem a Bia Haddad como grande incentivadora, e vai ser sem custo algum para a Prefeitura. A gente está colocando as crianças das escolas públicas para fazerem aulas, porque a gente sabe que só quem joga tênis no Brasil é uma elite privilegiada.

A gente também fez um projeto para *beach tennis*. No Arena Verão para Todos, a gente conseguiu as quadras do Centro Esportivo Tiquatira e do CERET para o *beach tennis* e para os esportes de areia em geral. Inclusive nas atuais reformas dos Centros Esportivos, a

gente está colocando esportes de areia, e a população vai poder utilizar, com muita tranquilidade.

Hipismo não é barato de praticar no Brasil, porque a gente sabe que manter um animal é caro. Se tênis já não é barato, imaginem o hipismo. Infelizmente, portanto, é uma modalidade que a gente não tem condições de oferecer. Mas, por exemplo, a calistenia, que é um esporte que vem crescendo muito, a gente já colocou um equipamento lá no Centro de Esportes Radicais, e a gente vai colocar mais um na região de Santo Amaro para poder qualificar o pessoal de Parelheiros, que gosta muito de usar esses equipamentos.

Mais do que isso, lá no Centro Esportivo Guarapiranga, fundão da zona Sul, em um espaço que estava subutilizado, requalificamos aulas judô e aulas de vela. Naquele equipamento, hoje temos 700 crianças fazendo modalidades esportivas, inclusive náuticas, podendo ampliar também essas modalidades que a gente vem fazendo.

O Josivaldo falou dos Jogos da Cidade. A gente tem mais de 500 times. Qual era o grande “x” da questão também, Jair? Muitos times que não eram da capital queriam vir jogar aqui. E aí o que a gente começou a fazer? A gente começou a remodelar esse sistema. Por quê? Porque o cara vinha de Osasco, o pessoal vinha de Taboão da Serra. Não que não possa fazer isso, mas se a gente está investindo dinheiro do município de São Paulo, temos que deixar que primeiro os times da cidade de São Paulo se inscrevam. Depois, a gente começa a estudar para ver o tamanho do nosso futebol de várzea. Como alguém muito bem falou, hoje a várzea é milionária, inclusive com atletas, na verdade, que jogam futebol de sábado e domingo para complementar a renda da sua família nesses times. Eles ganham ali 500 reais por jogo e acabam complementando a vida da sua família. A gente sabe que a várzea é um sistema milionário. Você tem a Copa Pioneer, Martins Neto, Copa do Buzão, Copa Macaco Louco. Você tem várias Copas que qualificam muito a cidade de São Paulo.

A gente estava vendo a questão de criar uma liga de futebol amador na cidade de São Paulo, mas a cidade é um país. Então, até essas questões de desencontros, de quem vai ser o presidente, essas coisas todas dificultam a criação de uma liga para que representasse toda a cidade de São Paulo, inclusive com a gente fazendo um repasse. Em havendo uma liga

oficial, a gente poderia pensar até em fazer o repasse para que essa liga organizasse esses campeonatos da cidade de São Paulo.

Com relação a campos destruídos, na verdade, não são campos destruídos. Está o Padula aqui, que sabe muito bem, a gente fez uma parceria lá com o Centro Esportivo de Ermelino Matarazzo, onde a gente está construindo um CEU. Uma parte do Prol Leste, lá do CDC, foi cedido para a educação, e no Panta Alves, na sua totalidade, também foi cedido para a educação fazer ali os CEUs.

O Pirata, o Mestre Palito, construção de estruturas, por exemplo, na Casa da Capoeira, que a gente tem ali no Campo Belo. A gente está requalificando, agora, porque não tinha banheiro, não tinha vestiário, não tinha guarita de segurança. Então, a gente está qualificando o espaço.

A capoeira também tem várias vertentes. Então, muitas das vezes, você reunir essas vertentes para poder dialogar com o segmento era meio que o que acontecia com o breaking. Então, quem é realmente a Federação de Breaking no Estado de São Paulo? Quem é a Confederação de Breaking Nacional? Até porque o breaking veio da cultura. Antigamente, era reconhecido como dança, e agora nós teremos a primeira ação, em Paris, com o breaking. Tenho certeza de que, inclusive, na Casa São Paulo, no Chile, nós levamos atletas de breaking para lá para poder mostrar o time, essa vertente, que é um esporte urbano. Então, qualificando e reconhecendo o breaking na cidade de São Paulo.

O Bolsa Atleta Rei Pelé, como você sabe, a gente qualificou agora a questão do breaking e outras modalidades que complementam já essa ação. Temos mais de 200 atletas. Nossa meta, junto com o Prefeito Ricardo Nunes, é chegar a pelo menos 500 atletas o ano que vem. A gente também vem qualificando.

Abrimos também a possibilidade de atletas que não representam clubes poder receber o Bolsa Atleta, porque, na lei antiga, só quem era ligado a um clube, sim, poderia receber o Bolsa Atleta. Então, a gente aumentou a possibilidade de idade, a partir dos oito anos; aumentamos também a questão dos valores; e também a questão das modalidades, inclusive,

por exemplo, o skate. Nem sempre um esportista do skate tem clube. Ele não é do Pinheiros, por exemplo; ele não é do Paulistano; ele não é, sei lá, de qualquer outra organização. Então, por causa disso, ele não poderia receber o Bolsa Atleta.

Então, modificamos isso junto com a Casa, inclusive aprovado por unanimidade pelo Parlamento da cidade de São Paulo. Essas modificações foram super importantes para aumentar essas ações.

Lembrando que, desde 2009, não tinha Bolsa Atleta na cidade de São Paulo. A gente complementou e ainda, inclusive agora, uma atleta do paralímpico acabou de ser campeã lá no Chile e falou: “Olha, estou aqui e recebo o Bolsa Atleta da cidade de São Paulo.” Isso é muito significativo para a gente, que qualifica muito políticas públicas para potencializar o cidadão.

Com relação a capoeira, então, a gente já falou aqui do Virando o Jogo. A questão dos mini CEUs, aí Padula, se puder, dentro dessas escolas que são menores, de repente ver espaço para construir piscinas. É muito importante, porque a gente sabe que um dos grandes índices de mortalidade das nossas crianças é pelo afogamento. Então, você fazendo, de repente, uma piscina dentro desse ambiente escolar qualifica muito a situação das nossas crianças.

A Andréia falou da educação. Eu creio que, como foi falado pelo Jair, a educação do município de São Paulo é riquíssima. A gente vem trabalhando significativamente com grandes parcerias, inclusive com o Padula, na formação de ações de esportes na primeira infância - quatro, cinco anos. Por quê? Porque a gente sabe que, às vezes, uma formação esportiva lúdica qualifica até o fortalecimento motor dessas crianças. Então, a gente vem discutindo com o Padula essa intenção de fazer um programa a partir do ano que vem.

Muitas ações feitas na nossa cidade, tenho dito com muita tranquilidade, as reformas dos centros esportivos, as ações da nossa cidade, Virada Esportiva, um grande sucesso. O Igor falou um pouquinho disso aqui. Inclusive a própria Coca-Cola, recebi uma mensagem da CEO de Marketing da Coca-Cola querendo ser parceira da próxima edição 2024. Então, para a Coca-Cola querer ser parceira, é porque realmente a gente qualificou muito as ações, principalmente nas periferias, levando esportes radicais, bungee jumping. Eu pulei de bungee jumping, Padula,

lá na Luiz Gushiken, rapaz do céu, tinha gente que subia e falava: “não, desce porque eu não vou conseguir pular”. Mas é você fazer também ativação, a iniciação, a oportunidade, que é o que a gente vem falando aqui um pouquinho na cidade de São Paulo.

Para concluir, agradecer ao Presidente, ao Relator, a todos os Parlamentares presentes, Secretários, e dizer que a SME está à disposição para que a gente possa dialogar sempre para a construção de mais esportes para a população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Cacá.

Tem a palavra o Sr. Secretário Padula.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Bom, Presidente, primeiro dizer que eu concordo integralmente com a sua fala da potência da rede municipal. São mais de quatro mil unidades educacionais, professores comprometidos. Nós temos um dos menores índices, não o menor índice, de contratados temporários do Brasil.

Só para vocês terem ideia, São Paulo tem 5% de temporário, a cidade. O estado tem 40% de temporário. A média Brasil de municípios e estados é 25%. Então, é um número potente. Um currículo da cidade, horário de formação, JEIF, PEA, materiais, e esse compromisso, principalmente depois da pandemia, de combate à evasão, mas garantia do direito de aprendizagem de crianças, de bebês, jovens e adultos da nossa rede, principalmente o mais vulnerável.

Então, falando um pouco das questões que apareceram. Já tinha falado sobre PPP e construção de CEUs. Sobre a construção de novas unidades, serão 45 até o final de 2024 entre CEI, EMEI e EMEF.

O Mova hoje, que é o Movimento de Alfabetização, iniciado lá pelo Paulo Freire, tem 450 núcleos. E nós temos, na educação de jovens e adultos, 25 mil jovens e adultos nesta modalidade, quer seja na alfabetização Mova ou na EJA. A EJA também no ensino fundamental, porque o ensino médio é de competência do estado. Quer seja a EJA regular, modular ou os CIEJAS na rede municipal. Nós vamos também ampliar os CIEJAS.

Com relação aos itens 2874, que é do FNDE, existe o item lá, mas não houve repasse de recurso do FNDE para a Secretaria. Portanto, fica aberta a rubrica, mas não havendo repasse, não é possível ter uma execução. Federal, não houve repasse. Com relação ao 2886, que é da Bolsa Primeira Infância, só lembrando que ela é anterior até a nossa chegada, ela é para aquelas mães que, porventura, não conseguiram matricular a criança na creche. Como nós estamos sem fila de vaga em creche, felizmente nós não precisamos usar esta rubrica. Mas ela continua ali porque, na eventualidade de se precisar, existe, aprovado por esta Casa, um mecanismo. Mas, o que a gente quer é continuar com a fila de vaga zerada. Portanto, não ter a execução aqui, no caso, é um bom indicador, porque pressupõe que você está garantindo que todas as crianças estejam matriculadas.

E aí, fazer só uma consideração, eu passei também pelo Arquivo Público do Estado, então, tenho uma mania de procurar história. Fui ver um pouco a história das creches na cidade de São Paulo, que antes eram da assistência social, e nos anos 2000 é que passaram para a educação. Em 1960, foram criadas as primeiras creches na cidade de São Paulo, 29 creches até 1969, 29 conveniadas.

A primeira creche pública direta foi uma que deu problema em Guaianazes e que foi estatizada, e assim nasceu a primeira creche pública na cidade de São Paulo, tendo 28 creches conveniadas. Quando é transferido da assistência social para a educação, LDB, portanto, olhando a criança, a creche não apenas como um espaço que é e deve ser para a mãe poder trabalhar, mas acima de tudo um espaço de desenvolvimento da criança, um espaço educativo. E hoje os estudos mostram a importância da primeira infância. É o período de maior plasticidade do cérebro em que, garantindo cinco refeições por dia, garantindo nutrição, segurança, o estímulo com pedagogos, as interações, as experiências, ajuda o desenvolvimento cerebral. As pesquisas mostram que crianças que passam pela educação infantil com esta potência têm 25% de chance a mais de se desenvolverem na vida. Nenhuma criança nasce com menos potência que a outra, depende de onde ela está inserida. Portanto, garantir que as crianças tenham vaga em creche significa que elas vão ter nutrição, interação, brincadeira, interação com adulto,

interação com as crianças, autonomia.

Para vocês terem uma ideia, a gente fala muito da perda que existe dos jovens no ensino fundamental. Mas eu vou dar dois exemplos muito singelos do que a ausência da creche provocou nas crianças no período de pandemia. Elas chegavam à EMEI ainda usando fralda e ainda sem autonomia para se alimentar. Porque a criança que passa pelo CEI, pelo Centro de Educação Infantil, mais conhecido e assim está no censo MEC, as creches, chega com autonomia para se alimentar, além de uma série de outros aprendizados.

E aí, Samuel, um dado também do Prêmio Nobel. De cada um dólar investido na primeira infância, sete retornam para a sociedade. Portanto, a importância de a gente continuar investindo na primeira infância na nossa cidade.

Podemos fazer uma discussão um pouco mais ideológica sobre pode conveniar, não pode conveniar. Eu não tenho nenhum problema com isso. Só queria lembrar que nós já tivemos governos de esquerda, de direita, de centro nesta cidade e todos fizeram conveniamento, todos fizeram rede direta e fizeram parcerias. E a cidade chegou a esse marco de não ter fila na creche. Portanto, acho que isso é um ponto absolutamente positivo para a cidade de São Paulo.

A outra questão que eu queria falar é sobre livros. Tivemos dois milhões de livros no programa Minha Biblioteca, que são os livros que as crianças levam para casa para elas poderem ler. E aí, numa mesma classe, elas têm títulos diferentes, justamente para poderem trocar esses títulos e terem a oportunidade de ler e, dentro das escolas, foram cinco milhões de títulos. Podem ir a qualquer escola e verificar a quantidade de títulos das salas de leitura, dos espaços, dos cantinhos de leitura que tem.

Além disso, foram enviados agora os livros para gestão escolar e para os professores, justamente apoiando o processo formativo, o processo teórico e prático pedagógico nas unidades escolares. Portanto, em matéria de livro, de leitura, de estímulo à leitura, acho que a cidade de São Paulo, mais uma vez, vai muito bem.

Com relação ao ensino integral, só explicar. Primeiro, nós temos o Plano Nacional de Educação. Lei Federal tem o Plano Municipal de Educação, que determina percentuais de

atendimento em educação integral. São Paulo tem duas estratégias para isso, que já vem de muitos anos: Mais Educação São Paulo e São Paulo Integral. Nós fizemos, foi uma diretriz, que 50% da rede precisa ter o primeiro ano, portanto, no ciclo de alfabetização, em período integral.

Então, só para deixar mais claro, uma escola que tenha 27 classes vai precisar ter três em período integral. Uma escola que tenha 36, vai precisar ter quatro em período integral. As escolas podem recorrer ao supervisor daquela unidade, à diretoria regional, e demonstrar que elas eventualmente não têm capacidade para fazer este atendimento neste número de 50 % do primeiro ano. Então, de 27 são três, de 36 são quatro, e fazerem mudanças nisso, até porque a DRE tem 50%. É possível, e foram feitos remanejamentos, se eventualmente não for possível fazer este atendimento.

Com relação à gestão democrática, este é um compromisso desta gestão com formações. Temos uma parceria com o Instituto Vladimir Herzog, de fortalecimento dos conselhos, das comissões de mediação de conflito. Foi instituído, por decreto do Prefeito, a obrigatoriedade de as conveniadas também terem conselho de escola, quer dizer, estão levando a gestão democrática para as unidades parceiras. Nós conseguimos ter grêmios em todas as unidades escolares, que têm feito um grande trabalho, agora, com 10 mil reais. O Prefeito Bruno Covas tinha instituído cinco mil reais, agora, passou para 10 mil reais o repasse para estas unidades.

Lembro aqui também do PTRF. É um compromisso do Prefeito. Estava falando aqui com o Samuel e nós vamos ter este repasse do recurso.

O SR. CELSO GIANNAZI – A terceira parcela, Secretário, do PTRF?

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Este ano ainda.

O SR. CELSO GIANNAZI – Está chegando já? Porque parece que tem um problema com a Fazenda, não é? Fazenda questionando.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Não, mas a gente se dá bem.

O SR. CELSO GIANNAZI – Não, mas o dinheiro não chegou na escola ainda.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Chegará ainda este ano.

O SR. CELSO GIANNAZI – Ainda este ano?

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – É.

Depois vocês se entendam, porque o Vereador Giannazi é servidor da Secretaria da Fazenda, é auditor fiscal, aí ele se entende lá com a Fazenda.

O SR. CELSO GIANNAZI – Não, não, quem tem que se entender é a Secretaria Municipal de Educação. A Fazenda está cobrando a educação.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Não, não está não.

O SR. CELSO GIANNAZI – Não chegou dinheiro.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Outra questão com relação ao PTRF, e aí queria falar, houve duas colocações aqui, embora dissonantes, porque uma boa parte falou da qualidade das escolas, dos professores, da rede e tal, depois mencionaram que tem escola que está um horror. Eu queria pedir, o Prefeito destinou o seu Secretário Executivo da Casa Civil, que é o Dede, todo mundo conhece, para ir lá a Secretaria da Educação. Ele sai um pouquinho, foi ao banheiro, mas que procure o Dede e mostrem qual é essa escola, porque imediatamente nós temos recursos, vamos lá, vamos pedir para a SIURB verificar e atuar. Eu também vou à escola, não tenho nenhum problema.

Com relação à questão de vaso sanitário, me desculpe, mas com o dinheiro que se tem hoje no PTRF, se uma escola deixar a escola sem vaso sanitário, tem algum problema. Sem cuba na pia, também tem algum problema. No mínimo, uma escola recebe 250 mil, 300 mil reais. Então dá para comprar a privada, dá para comprar a cuba da pia.

O SR. CELSO GIANNAZI – Precisa chegar esse dinheiro.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Passe a mim, por favor, o nome da escola.

O SR. CELSO GIANNAZI – A terceira parcela não chegou.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Passe o nome da escola que eu vou ver exatamente quanto ela tem na conta.

Vereador, falar assim, genericamente, é até fácil. Eu não quero generalizar.

O SR. CELSO GIANNAZI – A gente aponta as escolas, Secretário.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Por favor, aponte, porque nós vamos verificar, porque com o dinheiro que tem em gasto, isso não precisa de licitação para trocar a privada e trocar a cuba da pia. Isso não pode acontecer. Certamente, não está zerada a conta dessa unidade escolar, mas nós vamos verificar.

Com relação aos estagiários, também queria lembrar um pouquinho. Nós tínhamos, no final de 2022, três mil estagiários. Hoje nós estamos com 8.533 estagiários e caminhando para chegar a 9 mil estagiários. Estamos também em um processo de contratação dos estagiários.

Uma palavra também em relação a restos a pagar. Então existem os restos a pagar processados e não processados. Não vou aqui me ater a isso. É importante ver o último voto por unanimidade das contas de 2022, que falava em relação a poder computar no mínimo constitucional, seja da saúde ou da educação, desde que se tenha lastro.

É importante também fazer outra discussão: a discussão da qualificação do gasto e o que foi possível fazer com restos a pagar. E nós estamos vendo aí a quantidade que foi possível fazer de construção, de reforma, de manutenção com restos a pagar.

É possível também dar uma olhada na União, verificar a Ebserh, uma empresa criada quando o Ministro Haddad era Ministro da Educação, justamente para atuar nos hospitais, que têm os restos a pagar da Educação para atuar nos hospitais universitários. Também verificar que o PAC, não esse, mas o PAC 1 e 2, tem os restos a pagar que permitem que estados e municípios façam um gasto qualificado em anos subsequentes; e fazer uma qualificação destes gastos. Era isso que eu queria falar em relação a esse tema.

Queria também trazer aqui um dado mais detalhado que me perguntam dos concursos. Em 2021, foram 3.803 concursados nomeados; em 2022, 2.648; este ano, 1.158. Como o Vereador Gianazzi lembrou, nós temos 3.250 do concurso de PEIF e FUND-II para serem classificados, homologados, e podermos fazer a sessão de escolha e a nomeação. Temos também, em vigência, com editais publicados e inscrição até o dia 04 de dezembro, de 924 vagas, para Professor de Educação Infantil – PEI. E vale lembrar e, mais uma vez, agradecer

esta Casa, que o Prefeito mandou duas vezes o projeto de lei criando o cargo de PEI e fizemos diversas chamadas do concurso de PEI e de ATE – Auxiliar Técnico de Educação.

E para esclarecer uma questão, é claro que, havendo a necessidade, se faz a contratação ou se prorroga a contratação, mas a prioridade é chamar o concursado. Então, só para dar um exemplo, serão chamados 3.250 profissionais do concurso FUND-I e FUND-II. É óbvio que, na hora que eu chamar um efetivo, eu não vou poder ter um efetivo e um contratado na mesma vaga e eu tenho que dar prioridade para o concursado. Havendo necessidade de contrato, também se faz o contrato até que se possa fazer um novo concurso, e assim subsequentemente. Lembrando que existe uma especificidade na Educação: Eu não posso deixar preencher dois efetivos preencherem a vaga, com uma pessoa que esteja em licença maternidade. Eu vou precisar ter um contratado para cobrir aquele período.

Então, nós vamos chamar do concurso público e preencher as vagas. O que precisar de contratação, faz-se a contratação. Agora, não dá simplesmente para prorrogar indiscriminadamente contratos que existam, uma vez que haverá ingresso de professores efetivos; temos que compatibilizar estas duas questões, só para deixar mais claro. E dos estagiários, já falei. Eu só queria lembrar que a bolsa passou para R\$ 2.200,00 para seis horas.

É isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nobre Relator, Vereador Sidney Cruz.

O SR. SIDNEY CRUZ – Sr. Presidente, muito obrigado. Quero, primeiro, cumprimentar V.Exa.; o Secretário Padula, Secretário Municipal de Educação; também o Sr. Guilherme Bueno, Presidente da SP Parcerias, com quem fizemos muitos contatos no ano passado, na construção do PLOA deste ano.

Quero cumprimentar o Sr. Samuel, sempre presente, com uma apresentação muito didática. Cumprimentar aqui meu amigo, o Secretário Cacá; o Sr. Gustavo Ripper, Coordenador de Controle Externo; Vereador Celso Giannazi e os Vereadores que nos acompanham de forma *on-line*.

Quero cumprimentar o pessoal da assessoria, os professores e professoras presentes; o Sr. Dede, que esteve como Secretário Executivo da Casa Civil, atendeu por muitos anos todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa. Quero cumprimentar também o público que nos acompanha pela Rede Câmara.

É tão difícil falar depois de tantos, sobra pouco para este Relator. Eu ouvi atentamente todas as falas, principalmente as falas dos munícipes, dos representantes dos sindicatos. Os Secretários fizeram uma apresentação e, nas considerações finais, reforçaram e apresentaram informações dos pontos que foram levantados pelos munícipes.

Quero parabenizar o Secretário Padula, porque o orçamento da Secretaria Municipal de Educação é maior do que de alguns estados do nosso país, como a Paraíba, o Piauí. Enfim, é um orçamento, de fato, robusto. Quero parabenizá-lo pelas ações, quando V.Sa. fala: “zeramos a fila de vagas em creches”, porque sabemos da busca de vagas em creches, sabemos da importância da educação primária, da educação infantil. É ali que começa todo o trabalho, o desenvolvimento do futuro educacional de uma pessoa.

Sr. Presidente, quando V.Exa. traz a possibilidade e a sugestão de aumentarmos R\$ 5 bilhões na peça orçamentária, eu sei da vontade. Eu diria, Presidente, que se nós tivéssemos a possibilidade de aumentar mais R\$ 100 bilhões, não daria para atender todas as pressões, todos os pedidos, todas as demandas, só para vocês terem noção do tamanho, da responsabilidade e da prudência que eu tenho que ter como Relator deste Orçamento.

No ano passado, nós conseguimos, na base do diálogo, avançar em vários pontos e de forma real. Eu trouxe essa metodologia ano passado e quero dar continuidade a essa metodologia das alterações serem reais, com possibilidades reais de executarmos no próximo ano; porque o papel aceita tudo. Nós podemos deixar todo mundo feliz: fazemos uma salada de frutas nos números, mas começa o ano, dia 01 de janeiro, e chega dia 31 de dezembro de 2024 e nada, zero.

Até mesmo por respeito ao trabalho de todos desta Comissão, eu acho que nós temos que avançar, temos condições de avançar quando se fala dos trabalhadores e da

assistência social. Eu acho que existem temas e algumas pastas que tinham que estar acima de ideologias partidárias, de partidos políticos. E, às vezes, eu vejo uma politização de temas que não cabem. Mas, ao meu ver, quando se fala de direitos humanos, quando se fala de assistência social, são pastas que trabalham diretamente com os mais vulneráveis da cidade. Então, não dá para ficar politizando essas pastas, esses temas.

Eu sei que já é um compromisso de muitos parlamentares desta Casa, mas acho que deveria ter um pacto político com relação a alguns temas que são prioridades, deveriam ser prioridades na Câmara Municipal da Cidade de São Paulo. E eu falo com relação à Assistência Social.

Ontem me chegou uma pressão de R\$ 1,7 bilhões. Para começar, é bom pontuar que, nunca na história, a Assistência Social teve um recurso como no ano passado e como será em 2024. Esses saltos malucos quebram a coluna. Esses saltos, que é a vontade de muitos, eles não existem na vida real. Nós precisamos trabalhar com a realidade e com os pés no chão quando se fala de números.

É dessa forma, junto com V.Exa. e com os demais Vereadores da nossa Comissão de Finanças e Orçamento, que queremos avançar com a peça orçamentária.

Estamos terminando a nossa audiência pública temática. Temos mais uma regional para finalizarmos todas as contribuições da sociedade civil. Depois vou sentar com os Vereadores e Vereadoras desta Casa. O Relator tem que ter muita prudência no seu papel.

No ano passado, com a ajuda de V.Exa. e dos demais Vereadores desta Comissão, conseguimos entregar um relatório, ao meu ver, com muitos avanços, que foram realizados ou estão sendo realizados no curso de 2023.

Quero parabenizar o Secretário de Esportes e Lazer pela importância de todas essas obras, dessas requalificações, dessas entregas, da importância ainda maior de todos os programas existentes dentro desses espaços.

Faço também uma referência aos CEUs. A quantidade de programas esportivos absorvendo uma camada significativa da nossa população, principalmente as crianças e os

adolescentes, no contraturno, que é quando que nós temos que pegar para não ir para cadeia, como você falou, que aumentou 350 mil a quantidade de crianças presas no Estado de São Paulo; e, principalmente, o tal do “K” que chegou, que é tão pior quanto a masmorra, que é a cadeia, que é o K2, K9, e por aí vai.

São tantos números, e eu falo com propriedade, professoras e professores, porque eu sou fruto de uma comunidade e estou aqui pela força da educação, e sempre falo que existe um tripé, que é a cultura, o esporte e a educação. Este é o tripé da salvação. Se quisermos mudar o ramo da história, temos que nos apegar a este tripé, juntos, com vontade; e, a médio e a longo prazo, veremos o resultado. Não há outro caminho.

Não vou me alongar, eu sei que está todo mundo cansado. Quero parabenizá-los novamente. Vereador Celso, eu sei que V.Exa. é uma oposição, daqueles que olham aguerridos, e eu gosto desse debate de palavras contundentes. Porém, não existe escola na cidade de São Paulo.

Eu também quero reforçar o pedido do Padula: se existe alguma escola faltando vaso sanitário numa cidade cujo orçamento é maior do que o do Estado da Paraíba, maior do que o do Estado do Piauí, encaminhe para mim também, porque eu quero ajudar V.Exa. a resolver definitivamente este e outros problemas.

V.Exa. que é uma pessoa que trabalha muito, que está sempre presente nas ruas, escuta, como eu, a população, as famílias, pergunte para as famílias, ao escolherem entre o Estado e o Município, para onde elas querem ir. Elas têm melhor satisfação na educação da cidade de São Paulo.

Eu quero parabenizar a todos e me coloco aqui à disposição.

Palito falou que a cultura não pode ser só shows, mas também tem que ser capoeira, tem que ser comunidade de samba, todos os trabalhadores precisam reconhecer essas ações como uma evolução. A descentralização, como foi falado aqui pelo Cacá, desses equipamentos públicos é de extrema importância para o combate à desigualdade social, e os shows também são importantes.

Fizemos um agora, no final de semana, Consciência Negra e aniversário da Pedreira, onde levamos Pixote, Zé Vaqueiro, mas demos oportunidades para os grupos de dentro do território. A gente precisa levar os grandes para atrair o público e abrir as portas para os nossos talentos das nossas periferias.

Muito obrigado a todos, vamos seguir em frente. Tenho certeza de que teremos um substitutivo melhor do que foi em 2022 para 2023. Faremos o melhor para que 2024 continue avançando com políticas públicas de qualidade.

Muito obrigado.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sr. Presidente, só um aparte, rapidamente? O vereador Dr. Sidney Cruz falou uma coisa muito importante, que é uma realidade na cidade de São Paulo: a rede municipal é infinitamente melhor que a rede estadual. Na rede estadual, no estado de São Paulo, foram quase 30 anos de governo tucano que acabou, aniquilou, a educação no estado de São Paulo, e a gente vê escolas de latas, a gente vê escolas precárias no estado. Espero que isso não chegue aqui.

E agora dão continuidade. O Governador Tarcísio, com as escolas sucateadas no estado, está encaminhando um projeto para a Assembleia Legislativa reduzindo as verbas da Educação: o mínimo constitucional da Constituição Estadual, em 5%. Isso dá quase R\$ 10 bilhões, como se a escola estadual estivesse maravilhosamente bem. Ao contrário, está caindo aos pedaços e ele ainda vai tirar recursos da Educação.

Então, o Vereador Dr. Sidney Cruz sabe dar a sua sensibilidade, esses saltos que a gente precisa dar em alguns setores. Se não de 10 metros, pelo menos que seja de cinco metros, que a gente tem recurso para isso.

Não dá, é para aceitar escolas na situação que nós temos. V.Exa. conhece muito bem, a Escola Rosa Maria Dogo, na região, está abandonada por falta de poda de árvore, as crianças foram transferidas para uma obra que não sei se estará pronta daqui a 10, 20 anos. É um caso de polícia. Não dá para aceitar uma situação dessas com R \$ 35 bilhões no caixa. De juros, são R\$ 6 bilhões. A Prefeitura guarda R\$ 35 bilhões no caixa, e esse dinheiro rende juros,

R\$ 6 bilhões de juros; enquanto a situação das escolas, a situação da população, está nessa penúria toda.

Então, a gente precisa discutir isso. Talvez o salto não seja dos 10 que a gente quer, mas tem que ser, no mínimo, de cinco e de seis, não é Vereador Sidney Cruz, que tem uma sensibilidade grande como relator?

Eu tenho certeza de que, mais uma vez, V.Exa. vai ouvir as demandas da população e colocar no relatório que vai ser apresentado com muita força nesta Casa, junto ao Vereador Jair, que está presidindo esta Comissão importante de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, para que a gente faça acontecer um orçamento mais próximo do que a população precisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Eu vou fazer alguns informes. Primeiro, agradecer aos intérpretes de libras que nos acompanharam hoje: a Marilene Santos Cuba e o Edmilson Feitas Cuba. Informo que amanhã, quinta-feira, 23 /11, às 10h, às 10h30, e às 11h, neste Auditório Prestes Maia, nós teremos reuniões extraordinárias consecutivas da Subcomissão da Tarifa Zero para a aprovação do seu relatório final, e a reunião extraordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, também chamada para 23/11 no Auditório 1º de Maio, às 11h30, às 12h e às 12h30. Sábado, 25/11, haverá a última audiência regional, e a última de todas, no CEU Inácio Monteiro, que compreende a Subprefeitura de São Miguel Paulista, de Itaim Paulista, Guaianazes, Itaquera, Cidade Tiradentes e São Mateus.

Tenho que fazer justiça de novo, hoje foi 100 % de presença dos Secretários. Uma salva de palmas, porque ontem e hoje foram dois dias positivos, ontem deu 80 % de comparecimento, e hoje 100% dos Secretários chamados.

Muito obrigado a todos e a todas.

Estão encerrados os trabalhos.